

# O sistema midiático e o real<sup>1</sup>

Ivo Lucchesi

*As desigualdades na velocidade das comunicações conduzem à constituição de 'monopólios de informação' – outro conceito central – que são ao mesmo tempo o instrumento e o resultado da dominação política. (MATTELART, Armand. 2002: 74).*

## A verdade, a informação e o vazio

É comum atribuir-se ao momento vivido uma carga de intensidade dramática superior a quaisquer outros tempos. A própria mídia se encarrega de emprestar sua colaboração. Todavia, a história vive de um processo, um *continuum* do qual resulta um enredo e, como tal, faz deslizar pelas páginas da civilização os capítulos devidos. Nem é necessário para o entendimento dessa questão recorrer-se a Hegel ou a Marx.

A história é processo e nela estão indivíduos dotados dos mais diversificados interesses e ideais. O teor dramático da existência resulta, pois, desse inevitável embate. De um lado Hegel e Marx (a dialética e a transformação); de outro, Schopenhauer e Freud (a vontade e o desejo). Não são matrizes teóricas excludentes, salvo para aqueles crentes na verdade tanto absoluta quanto redutora. Nesse caso, tendem a promover um recorte da realidade e sobre ela legislam, sob efeito de um pensar míope.

A *mídia*, na condição de “mediadora”, chama para si a tarefa, em princípio nobre, de recolher os acontecimentos, conferindo-lhes variáveis destaques, de acordo com propósitos nem sempre claros. Aí, a “grade midiática” dá início à sua operação pouco nobre, forçando tendências e

direcionando focos, abdicando de seu real papel de preservar e fortalecer a democracia, resguardadas as honrosas exceções.

Na falta de autonomia crítica de que se alimenta a “grade midiática” parece residir o grande impasse. O enfoque dado às matérias freqüentemente é operado pela inversão de papéis, atribuindo um aspecto individual ao que seria de caráter sistêmico, e destinando tratamento sistêmico ao que seria da ordem do individual e subjetivo. Este, sem dúvida, se revela como um dos mais graves problemas. A tradução do real é subvertida pela traição. Assim compreendido, informar redundaria em deformar, tornando-se o receptor objeto de um “engano tramado”. É a sucessão diária de tal estratégia que concorre para a exacerbação da perda do sentido, transformando os acontecimentos do mundo numa rede desconectada de razão. Esta é a “droga” que abre caminho para as demais. Ou se toca o dedo nessa ferida, ou continuaremos reféns na espiral do devaneio na qual a razão crítica (kantiana ou não) progressivamente haverá de ser alvo da insensatez.

Algo de profundamente transformador se dá no limiar da modernidade. No curso do século XV, Gutemberg (1400-1468) inaugura a imprensa. Um novo modo de fazer circular a informação altera o ritmo do tempo e abrevia a antiga distância entre os espaços. No diferente cenário do Ocidente, o conhecimento que se alargara, no século XII, com o surgimento da primeira universidade adquiria um forte aliado: a imprensa. Poderia ter sido uma parceria produtiva, se ambas as conquistas houvessem promovido entre si um pacto de fidelidade em favor de um projeto de qualificação do corpo societário.

Por motivos diversos, tanto a universidade quanto a imprensa foram, com o passar do tempo, sendo tragadas pela deterioração. Antes de um julgamento apressado, é bom que se afirme que não foi a democratização do saber e da informação a causa do empobrecimento de ambas. A dinâmica feroz com que se move o processo industrial capitalista cria a inevitabilidade desse quadro, uma vez que ele é realimentado pela lógica da quantificação e não da qualificação. Assim, universidade (sede do conhecimento e pesquisa) e prática jornalística (matriz da informação e difusão) acabam sendo capturadas pela engrenagem dos negócios. Enfim, o pacto foi abortado na raiz, antes que ele pudesse constituir-se numa ameaça de proporções incontroláveis, capazes de mudar o rumo da História.

O que foi tematizado nos parágrafos anteriores dá a impressão de que basta atribuir-se a responsabilidade à máquina capitalista e com isso se liquida a questão. Todavia, suspeito de não ser bem assim. A compreensão mais larga a respeito dos descaminhos pelos quais enveredou a expressiva maioria da mídia oficial na sociedade contemporânea me parece que exija um olhar para trás, reportando ao tempo de fundação da imprensa e a consequência de seu impacto sobre as estruturas de poder.

Vou arriscar uma reflexão a partir de uma pergunta. Galileu (1564-1642), que já conhecera a desventura vivida por Giordano Bruno (1548-1600), teria sido forçado a abdicar da verdade, apesar de comprovada pelo conhecimento, para salvar-se da fogueira, se, na sua época, já existisse a imprensa com o perfil que ela passou a ter a partir do século XVIII? O real temor da Igreja se restringia à tese de Galileu, ou à instabilidade que provocaria sua propagação? O poder eclesiástico estava perfeitamente preparado para absorver a “evidente” descoberta. O grande problema, no entanto, era como conter os efeitos dela na mediania das consciências. Claro está que aqui não se responsabiliza a imprensa pela sonegação do conhecimento. Pelo contrário, atesta-se o efetivo poder com que ela nasceu e, por isso mesmo, foi objeto de imediato controle.

Em outras épocas, a verdade se fazia protegida pelos mecanismos de controle ajustados às necessidades. Com o advento e expansão da imprensa, porém, as estruturas de poder se sentiram ameaçadas. Como controlar a velocidade e multiplicação da informação, sem cortar o elo entre verdade e informação? Esse terá sido um dos maiores impasses no auge da virada entre os séculos XVI e XVII.

O episódio de Galileu, portanto, ilustra a impossibilidade de um acordo estratégico viável entre a eficácia do saber e a eficiência crítica da prática jornalística, que, nos tempos atuais, tende a intensificar-se, dado o processo de homogeneização proposto pela “globalização”. São os mesmos temores de outrora, agora apenas intensificados, em função de um contingente populacional que reúne mais de 6 bilhões de habitantes, com possibilidades cada vez mais ampliadas quanto ao acesso à informação, o que, paradoxalmente, sustenta e preocupa a preservação da ordem constituída, ramificada nas grandes corporações e estas disseminadas por diferentes partes do mundo.

A estratégia construída pela ordem do capital, com o intuito de manter o controle possível, foi o de infundir na consciência média da população o

gosto pela informação, distanciando-a, tanto quanto possível, do saber crítico. Em lugar da reflexão como um estado propício ao aprimoramento da razão crítica, o sistema valoriza o consumo rápido da informação.

A mídia oficial, por sua vez, sob a tutela de novos senhores afinados com esse propósito, se encarrega de reproduzir o modelo traçado, levando como compensação o “honroso” título de o quarto poder. Se, na escala, a mídia está em quarto lugar, poder não é. E a “verdade”? No estado crescente de transformações em ritmo alucinante, a “verdade”, distinta senhora cultuada e desejada pelos filósofos, acabou confinada a pequenos redutos que, ao invocarem-na, são condenados com o selo de “autoritários” ou “antidemocráticos”. No apogeu da modernidade, a ordem do capital plantou o “mito da informação” e condenou “a verdade” à fogueira eterna, levando consigo “o pensamento crítico”, ou seja, a informação tomou o lugar da verdade e o pensamento crítico perdeu o posto para o culto à velocidade. Em sendo real o embate entre a verdade e a informação, não menos problemático se revela outro impasse: a tensão entre informação e velocidade, que Paul Virilio costuma identificar como a síndrome da “dromologia”.<sup>2</sup>

A dinâmica da modernidade, apoiada em novos mecanismos de transmissão, acelerou o trânsito das informações, desconfigurando o propósito maior do ofício jornalístico. Informar é, inegavelmente, uma prerrogativa inevitável para os caminhos da modernidade. A reflexão em torno do modelo comunicacional vigente parece ser uma tendência cada vez menos presente, nesse quadro atribulado e atordoante no qual se situa a velocidade cotidiana. A preocupação com critérios para a elaboração de pautas e o cuidado com a qualidade dos conteúdos sugerem valores varridos pela tirania de inspiração dromológica. Com isso, a informação perdeu o fundamento que lhe dava suporte, tornando-se, quando não dispensável, dispersa, uma espécie de “diáspora da comunicação”. Em outros termos, a informação passou a ser uma “forma” sem conteúdo. Daí para a tematização da banalidade foi um passo tão previsível quanto inevitável.

Num certo sentido, é cômodo o registro crítico pontuado no parágrafo anterior. Culpa-se a mídia e vitimiza-se o corpo societário que lhe serve de refém. Esse enredo, os teóricos da comunicação, sob a liderança de Theodor Adorno e Max Horkheimer, exaustivamente, descreveram.<sup>3</sup> A novela, porém, envelheceu. É hora, pois, de renovar o “bode expiatório”, tirando dos consumidores habituais a máscara da inocência.



O novo processo de trituração da vida e de tribalização da cultura, sob a forma da “notícia vazia”, só pode prosperar, mediante consentimento de vasto contingente populacional que, igualmente, elegeu para si a vida como palco da banalidade. Para tanto, não é difícil detectar que, nas últimas décadas, vem-se firmando um “modelo cultural” voltado para a infantilização com forte apelo de irradiação, fixando paradigmas estéticos e existenciais destituídos de grandeza. Não é menos verdadeiro que tal modelo tem sido acatado e, em alguns segmentos, aplaudido, sob a forma de altos índices de audiência e/ou de vendas. Nesse modelo, “entretenimento” e “sensacionalismo” ditam o gosto e este é realimentado pela demanda de grande parte da população. Que razões (profundas ou não) levam a maioria da população à aceitação de ofertas absolutamente medíocres e ridículas, sem que, com isso, se sintam atingidas?

A sociedade na qual a maioria se inclina pelo consumo de tudo que é apenas trivial padece de algo grave em seu processo constitutivo. Identificar os sinais dessa gravidade é tarefa inadiável.

O que pode tornar a experiência de viver nada além de uma simples obrigação de estar vivo? Se a pergunta procede quanto a milhares de vidas que se entregam ao arrastão do frenesi cotidiano, que vantagens podem ser oferecidas pela ciência, quando esta acena com a promessa de longevidade? Será que todo o esforço para o prolongamento da vida se destina a propiciar maior tempo para “malhações” em “academias”, entre outras superficialidades, parceiras do mero culto à aparência? Parece haver aí uma assimetria: mais tempo de vida e menos tempo para a vida.

A julgar pelo formato de jornais e revistas, o mundo não passa de um recorte repleto de retalhos desconexos. Ora, se o receptor-padrão não percebe que está enredado num turbilhão de informações com o qual não promove em si o aperfeiçoamento de sua condição existencial, duas opções se oferecem à compreensão do fato: 1. o receptor-padrão não associa a avalanche de informações ao vazio de que ele se sente portador; 2. o receptor-padrão reconhece o fato e ainda assim a ele continua submetendo-se. No primeiro caso, é um ser levado pelo vagalhão e largado à beiramar, em completo estado de aturdimento. No segundo caso, é um ser cúmplice do processo de amesquinamento, realimentador do culto à vida vazia. Ele é produto, talvez, de um acordo tácito entre as partes envolvidas, de modo a investir na falsificação do mundo e da existência, em parceria com os “oficiais” transmissores da informação.

As duas opções descritas no parágrafo anterior têm algo em comum: a negação da vida como experiência singular. Por dois modos, essa negação é expressa: a frustração que sempre acusa a falta ou a incompletude de algo e a repetição que sempre tem uma origem neurótica. Disto resulta o permanente “mal-estar”, cuja remoção é operada, provisória e precariamente, pela entrega de si ao “entretenimento infantilóide”, vazio de sentido, ou ao “sensacionalismo feroz e denunciasta”. Em ambos, o receptor-padrão encontra alívio, ainda que passageiro. Escapa, sobretudo, de um duro enfrentamento com o próprio incômodo, ou seja, ilude, momentaneamente, o “fantasma” com a falsa “fantasia”. Assim a “vida” segue... A mídia (impressa ou eletrônica) atua, pois, como estabilizadora de tensões. O formato de que ela é portadora é pensado para tal propósito, razão pela qual muito de seu temário tem a ver com “soluções” para problemas do cotidiano: “receitas práticas” (o adjetivo é indispensável para o êxito da fórmula), “aconselhamentos existenciais”, ofertas culinárias e demonstrações aeróbicas preenchem o “cardápio” diário com o qual o receptor estonteado compõe seu “pacote da vida saudável”.

O consumo crescente de “produtos midiáticos”, no estilo *reality show*, não revela outra coisa senão o mecanismo de espelhamento. Não se trata de nenhuma pulsão, mas exatamente do oposto: a anulação da pulsão. O vazio pelo vazio. Apenas isso. A vida ridícula ampliada pelas lentes parece legitimar e justificar a apequenada existência de quem está fora delas. Tais “consumidores” se sentem recompensados ao perceberem que eles são exatamente o que vêem na telinha. A respeito de tal questão, não há reflexões teóricas mais profundas. Não convoquemos Freud, Marx, Adorno, nem Foucault. Eles não deixaram suas obras como legado para servirem a melancólicos quadros de um cotidiano deformado. Igualmente, deixemos em paz as ficções de Huxley e de Orwell que alguns, a todo custo, querem mencionar a pretexto das idiotices televisivas de “Big Brother”, “Casa dos Artistas”, “No Limite” (e derivados que ainda venham a surgir).

Entramos na espiral da sandice ilimitada. O bolo continuará crescendo até o nível máximo de saturação. A vida construída sem projeto solicita esse tipo de “remédio”. A audiência atesta a apavorante sentença: “A vida é pig, brother!”. São os “modelitos” invejados e copiados pelo tosco imaginário de uma classe média que perdeu o mínimo de classe e resolveu cair na gandaia mais rastaquêra possível, em aliança com uma “clite econômica”, que, a despeito de cérebro vazio, conseguiu encher o bolso. É isso. Na

infância, há o culto ao padrão “xuxa”; na adolescência, a vibração com o modelo “sandy-júnior” e, na fase adulta, a programação ajustada ao perfil com o qual se deu a “educação de base”. Aqueles (jovens ou adultos) que ousam, porventura, ficar à margem de tais idolatrias são imediatamente rotulados de “doentes”, pois não gostam da “alegria”. É simples compreender o fenômeno. Basta que as coisas sejam ditas com todas as letras, ciente das represálias contra a atitude crítica “antipática”. Todavia, ou a crítica ao que está posto se faz nesses termos ou ela se torna mero exercício de alívio da consciência, sem o ônus das discórdias ásperas.

Reina o império da infantilização cultural, com a roupagem de um hedonismo suicida, tempero de exibicionismo crônico e voyeurismo masoquista. Todo o investimento de vida parece canalizado para a tensão entre “ver” e “ser visto”. O desdobramento das reflexões até aqui propostas conduz o foco crítico para outra relação: o “‘jogo’ entre mídia / público” na estratégia a cargo de uma sedução sem encantamento.

### **A mídia e a sedução sem encantamento**

Desde os tempos mais remotos, a intenção de seduzir partia de um pacto. Seduz quem tem poder; é seduzido quem a ele se submete. Para o pacto vingar, algo de especial era prometido. A mediação se dava pelo “objeto de encantamento”. Cleópatra bem soube conduzir a trama de seus desígnios para atrair Júlio César e Marco Antonio.

Durante séculos, o princípio esteve preservado e reforçado pela tradição literária em várias versões: o mito de Don Juan, na matriz espanhola; a figura de Valmont, na vertente francesa, bem como a de Casanova, no modelo italiano. Até então, a sedução implicava a dominação em nome de Eros. A história da sedução se confundia com a dinastia dos libertinos. Estes não dispensavam o requinte de conhecimento e de astúcia, ou seja, o jogo da sedução pressupunha um embate de inteligências. Todavia, uma trava brusca, no curso da modernidade, cortou o fluxo.

À segunda fase da Revolução Industrial, coube a tarefa de fascinar a cultura ocidental com o “mito do consumo”. Para tanto, faz-se indispensável recuperar-se a etimologia da palavra “sedução”, a fim de melhor se caracterizar o que se pretende aqui problematizar.

A palavra provém do Latim “seducere” (se[d] + ducere). Como consta em dicionários, “sed”, além de conjunção equivalente a “mas”, era usual,

nos textos antigos, como *prevérbio*, significando “separação”, “afastamento”, “privação”, e “*ducere*” queria dizer “levar”, “guiar”, “atrair”. Em síntese, portanto, “seduzir” era o processo pelo qual se atraía o outro para privá-lo da autonomia de si, sob a promessa de possibilitar-lhe a experiência do prazer pleno.

A sociedade de consumo montou a armadilha na qual a mídia assume o papel de agente da sedução, transformando-se na imensa vitrine onde ficam expostos os “objetos” do suposto desejo. Nela se mesclam o sublime e o grotesco, fazendo do real o palco para o pastiche e o fetiche. Um aspecto, entretanto, aflora como um dado novo, merecedor de destaque, porque totalmente ausente e impensado na história da sedução: o encantamento vazio.

No passado, como já foi salientado, a sedução calcava sua eficácia em permitir ao seduzido vivenciar a plenitude do prazer. Antes de ser descartado, o seduzido era atraído para o êxtase. Atualmente, dá-se o oposto. A sedução será tão mais eficiente quanto menos estiver atada ao êxtase. Neste caso, o que fascina é a segurança diante do já-sabido e, por isso, dominado, ou seja, é exatamente o contrário do que a antropóloga da USP, Esther Hamburger, afirmou no artigo “Formatos da intimidade”, publicado na revista *Mais!*, na edição de 24/02/02: “Essa sensação de tocar o distante e desconhecido, torná-lo familiar, domesticá-lo e, principalmente, atuar sobre ele, faz o fascínio do *reality show*”. Creio que uma análise dessas faria o antropólogo Lévi-Strauss encontrar no suicídio a única forma digna para uma vida à qual emprestou tanto esforço teórico.

Sinceramente, o que há de “distante” e “desconhecido”, entre pessoas comuns, banais e reprodutoras do que, a todo instante, a maioria da população está exposta nas cenas reais de suas vidas? O que há de incomum nas bobagens até então exibidas? Afinal, a que programa a antropóloga terá assistido? Bem, mas no afã de teorizar, ela ainda lapida o falso diamante com essa sentença: “O desafio para a dramaturgia contemporânea talvez se situe aqui, na fronteira avançada pelo *reality show*”.

A democracia abriga tudo, inclusive o direito de dizer aquilo que jamais deveria ter sido pensado. Quanto a isso, estamos de acordo, a fim de não ameaçarmos a democracia. O restante, porém, fica por conta da ingenuidade crítica de que parece padecer o “conhecimento” proposto nos últimos tempos por alguns segmentos da chamada “antropologia urbana”, em comunhão com algumas “tribos culturalistas”

Bem, deixando de lado qualquer possível discussão, o que efetivamente interessa ao tema deste escrito é demonstrar a fixação de um “formato midiático”, cujo encargo maior consiste em difundir a sedução destituída de qualquer encanto. Nisto reside o jogo perverso, esquadrihado na moldura da mídia, cultuando o *non-sense* com o qual a maioria se identifica e sente alívio, em razão de uma vida também desprovida de maiores expectativas. A sedução sem encantamento propõe, sem disfarces, a esfinge sem enigma para decifrar. A esfinge, no caso, é o que está dado a “ver”. Não encanta, porque nada envolve mistério. A polêmica outrora gerada pelo “Mr. M”, na verdade, trazia essa questão: a morte da imaginação. Retira-se do receptor o espasmo último de fantasia. Como desfecho residual, fica ao receptor a realidade crua e desnudada daquilo que é exibido para não suscitar nenhum foco de reflexão ou de engendramento lúdico. É nessa sucessão ininterrupta que se vai consolidando a “cultura do sem-sentido”. Basta ver e ver o já-visto.

O parágrafo anterior pretende deixar claro que nada deve profanar a enganosa tranquilidade que firma um “sem-destino” liberto de transgressões e rebeldias. A recompensa é a de sempre: o sonho do sucesso, mesmo sendo anônimo e isento de mínima virtude. Essa é a esperança com a qual milhares de famílias empurram suas “crias” para a vitrine perversa. Dessa mesma matriz, surgem “lolitos” e “lolitas”,<sup>4</sup> prontos para ilustrar as passarelas do mundo. Em seguida, realimentam a “indústria do sexo”, ao desnudarem-se em nome da arte, realizando “ensaios fotográficos”. Depois de sugados até a última gota, e recheados de dinheiro, descobrem que o cérebro ficou para trás. Dinheiro sem imaginação é como transa compulsiva sem gozo. Assim funciona a máquina produtora da sedução sem encantamento. Ela é fria, calculista, dotada de astúcia. Sedução, portanto, virou fraude. Todos que tomam parte desse esquema blefam com o sentido da vida. O consolo, se algum sobrevive, é o de não se sentir peça da engrenagem, não por fundamentos moralistas (também esses são perigosos e suspeitos), e sim por mera dedução de quem faz da vida uma experiência própria e proveitosa, sem ter de amargar o “dia seguinte”...

## O jornalismo de estado e a servidão induzida

Inúmeras foram as transformações implementadas, desde 1990, à luz do ideário neoliberal. Uma, entretanto, se destaca, dado o efeito cascata por ela provocado. Refiro-me à redefinição das funções do Estado e as consequências que recaíram sobre o desempenho da “grande imprensa”, principalmente no Brasil. Para tanto, será antes indispensável a prefiguração de um quadro sistêmico.

No centro da estratégia concebida pelo (neo)liberalismo, situa-se uma “armação contábil”, tendo como alvo prioritário o Estado, cujas finalidades fundamentais, até então, se pautavam em atuar como arrecadador, investidor e provedor. É exatamente nesse tripé que a “inteligência neoliberal” encontrou a solução operacional para a remodelagem ajustada às necessidades estratégicas que viriam mascaradas sob o rótulo da indefinida e misteriosa “Globalização”.

Idólogos e economistas, principalmente alocados nas “centrais de conhecimento e pesquisa” (Harvard, Princeton, Oxford, entre outros setores responsáveis pelo controle, como Pentágono e CIA), trataram de, ainda no início dos anos 1980, definir em suas pesquisas, quatro linhas de ação, correspondentes a três etapas sucessivas: 1. redemocratizar sociedades que, em épocas anteriores, foram tuteladas por regimes ditatoriais; 2. democratizar sociedades que jamais conheceram a “liberdade”; 3. promover a formação de novas “nações” (com ou sem guerras), para expansão de mercados; 4. preparar e financiar nova classe de políticos comprometida com a implantação da “Nova Ordem Mundial”.

A redemocratização da América Latina, o desmantelamento do Leste europeu, a “Guerra do Golfo” (também chamada de “Tempestade no Deserto”) e o conflito nos Bálcãs traduzem os primeiros passos de uma criteriosa planificação. Da mesma matriz provêm, na inauguração dos anos 1990, as plataformas políticas de Collor, Fujimori, Yeltsin, Menem, Berlusconi, Clinton, Blair, entre outros. Em comum, há o fato de, à época, serem todos absolutamente desconhecidos e/ou obscuros. Eram nomes inexpressivos no cenário político internacional ou local.

Dando curso à segunda etapa da “armadilha neoliberal”, drasticamente a esfera governamental, em diferentes partes do mundo, se foi, passo a passo, desincumbindo de atividades que lhe conferiam receitas, restringindo-se a áreas nas quais lhe cabia assumir gastos. Obviamente, o novo

“modelo” estava concebido para transformar o Estado numa “empresa falimentar”. Mais ainda dessa fórmula se ressentiram os países cujas economias já eram portadoras de endividamentos junto ao sistema financeiro mundial, bem como em âmbito interno, além de, em alguns casos, a isso se somar instabilidade política.

No caso do Brasil, não é difícil perceber como as peças foram movidas no tabuleiro da ciranda econômica. Com início no governo Collor e desdobramento acelerado nos dois mandatos de Fernando Henrique, verificou-se a aplicação implacável da “política do saque”. Os setores públicos lucrativos sofreram radical ataque de um sucateamento feroz, sob o rótulo de “privatizações”. Em nome da “modernização”, promoveram-se “leilões” (vários sob correta suspeição quanto à lisura), cujas receitas serviram como repasse destinado ao pagamento dos serviços da dívida externa, seguindo à risca as determinações elaboradas por altos consultores filiados ao FMI e ao Banco Mundial. Internamente, foi “criada” a fantasia de uma “moeda forte”, enquanto cresciam (e crescem) as “dívidas sociais”. Em nome do combate à inflação, a população brasileira abdicou da “qualidade de vida”. O resultado é visível: os pobres se encontram desamparados e os ricos ameaçados, ora sitiados no cárcere privado de suas mansões, ora em cativeiros, sob a mira de revólveres.

Os descaminhos irresponsáveis inspirados no modelo adotado não duraram o tempo calculado a princípio. A bolha estourou: a crise no abastecimento de energia e a epidemia de dengue, intermediadas pela onda triplicada de seqüestros, revelaram ao país o custo das mentiras. O Brasil, que vinha já de um longo período de perversões, em pouco mais de uma década, foi amesquinhado e conduzido a ser uma nação sem energia, uma população amedrontada e, por fim, sitiada.

O que agora interessa aqui enfocar é o papel desempenhado pela “grande imprensa”, frente às crises que não puderam ser ignoradas ou disfarçadas. A retórica cosmética se viu na obrigação de curvar-se à evidência das situações.

Especificamente quanto às três mais expressivas questões (energia, seqüestros e epidemia), fica a impressão de que surgiu uma nova modalidade de jornalismo, a julgar pelo tratamento dado às coberturas. Refiro-me ao “Jornalismo de Estado”. Assim nomeado, pode sugerir que se trata da reprodução do modelo já plantado em regimes socialistas. Na verdade, porém, em nada dele se aproxima, conforme, a seguir, será demonstrado.



Ninguém pode acusar a “grande mídia” (impressa ou eletrônica) de controlar a informação, por omissões ou falsificações. O processo é bem mais sutil e eficaz. Todos sabemos, e, até exaustivamente, o alcance da gravidade dos acontecimentos nos quais se viu mergulhada a vida brasileira. Aparentemente, pelo menos, a democracia foi resguardada. Quem pretendia ler e ver deparou-se com farta oferta de material: editoriais, reportagens, entrevistas, fotos, tudo em larga escala. É, pois, justo nessa ampla exposição que se instala o propósito da manipulação, deixando a sensação de que se deu um delito sem rastro, ou o engenho de um “crime perfeito”.

Na condição de fiel contratada (“grande mídia”) do não menos fiel anunciante (Governo, em âmbito federal, estadual e municipal), a mídia cumpre a obrigação contratual de repassar e multiplicar a mensagem desejada por quem paga (o verdadeiro emissor – Governo). A estratégia (fórmula) é a mesma para situações diferentes: 1. o impacto do fato em si (“falta de energia”, “aumento da violência”, “ameaça de epidemia...”); 2. exposição intensa de situações dramáticas (fatos, depoimentos, imagens tensas, pessoas desesperadas...); 3. difusão do medo e de punições severas (multas, cortes, mortes...); 4. a mídia conclama a população para o enfrentamento dos graves problemas, fazendo-se parceira e obreira, a fim de, em mutirão, erradicar a “invasão do mal”. O “Jornalismo de Estado” é assim: assume a função de “porta-voz” do Governo. O efeito, dada a massacrante divulgação, gera, nas camadas populacionais, o processo de sensibilização. Assim, além de pagarem dezenas de impostos (e cada vez mais caros), ainda se transformam em “funcionários públicos desassalariados”, enquadrados na categoria funcional dos “servilistas do medo”.

A última etapa do processo consiste na redenção heróica dos “escravos”: o “Jornalismo de Estado” cobre a adesão em massa, enaltecendo o espírito da “cidadania participativa”. A maioria induzida, sem mágoas, sem revolta, sem indignação (e, quem sabe, “feliz”), retorna para casa, após cumprir a agenda do “lazer-escravo”. Chamo à atenção que o presente quadro não se confunde com o que o jovem La Boétie, ainda em 1577, escrevera com o título de *Discurso da servidão voluntária*. Naquela época, não havia mediadores tão sedutores que induzissem a população à negação de si. Menos ainda, data daquele tempo, um “sociólogo” italiano e consultor de empresas – Domenico De Masi – para escrever e conceder entrevistas, em peregrinação pelo mundo, sobre o prazeroso e idílico futuro, do “ócio

criativo". Enquanto isso, a maioria tende a não perceber o presente mais imediato. Nele, a promessa do "ócio criativo" está ocupada pelo "lazer destruído". Vamos ilustrar o que se está afirmando...

No episódio do "apagão", era visível em muitos a comemoração (auto-satisfação), ante a "vitória" de suas estratégias de racionamento. A mídia se empenhava em focar pessoas que se regozijavam pela economia e por se salvarem do draconiano e ilegal corte de energia em suas residências. Consumiram suas energias vitais para atender a arrogância dos irresponsáveis. Recompensados também se sentem aqueles que, horrorizados diante da crueldade de seqüestradores, acompanham os noticiários, agradecem por não terem sido ainda vitimados. Outros tantos fortalecem sua auto-estima, entregando-se a campanhas salvíficas e percorrendo quilômetros sob escaldante temperatura, à procura do "mosquito maldito". A tudo se submetem com o plácido sorriso de quem viveu profunda experiência gozosa.

Os telejornais, apenas para mera ilustração, em 09/03/02, proclamavam que, no Estado do Rio de Janeiro, havia sido mobilizado o contingente de 15 milhões de pessoas, além de distribuição de 20 milhões de folhetos. Bem, no tocante às pessoas, fica a pergunta: quem as contabilizou e com tanta rapidez? No que diz respeito aos folhetos: quanto os cofres públicos pagaram pelo encarte? No mínimo, o custo industrial da impressão com três cores é mais que R\$ 1,00. Que teriam feito preventivamente com mais de R\$ 20 milhões, se destinados a programas efetivos? Será que dinheiro existe só para publicidade?

Os jornais, na edição do dia seguinte (10/03/02), davam conta das seguintes chamadas: "Voluntários vão às ruas contra dengue" (O Globo), arrematando com o saldo na cidade do Rio de Janeiro: "Dia D tem forte mobilização e autoridades estimam que 550 mil participam da campanha"; "Dengue muda modo de vida dos cariocas" era a manchete do Jornal do Brasil. As duas edições remetiam o leitor para mais três páginas. Nenhuma denúncia, a não ser o fato de que proprietários de automóveis seriam multados, caso estivessem abrigando focos do "invasor assassino". Nada contra Ministério e Secretarias da Saúde. Nada contra o descaso quanto a políticas de educação que, se aplicadas convenientemente, são menos custosas e mais duráveis. A depender da atuação da "grande mídia", nada será alterado. O "Jornalismo de Estado" não existe para causar incômodos a quem lhe fornece apetitosas receitas...

Bem, o jovem La Boétie e o velho Hegel nem de longe podem ser considerados ultrapassados. Apenas, à luz da “Nova Ordem Mundial”, precisam ser reatualizados. Afinal, não poderiam prever tantos desdobramentos, com tanta margem de antecedência. Claro, Hegel estava correto quando, tratando da dialética do senhor x escravo, sentenciava: “O escravo só é escravo porque teme a morte”.<sup>5</sup> Só que Hegel não tinha dados que pudessem insinuar a condição de escravidão divorciada de um fantasma mais terrível. Como poderia Hegel conceber que alguém optaria pelo regime de escravidão para sentir-se feliz? Pois no atual cenário, é exatamente essa a dedução para quem sabe ler o enredo. A nova estratégia, sob o reforço dedicado do “Jornalismo de Estado”, faz inflar, em nome da “democracia-cidadã”, bolsões de agregados servis, cuja responsabilidade consiste em chamarem para si (e pagando) o ônus a fim de continuar integrando a “sociedade flagelada”.

Assistimos, portanto, a um modelo duplamente perverso: a aliança entre práticas engendradas pela fria e despótica matriz capitalista, em versão neoliberal, e práticas desenhadas pela impessoal matriz socialista, em versão de “democracia participativa”. E mais, com o agravante de não haver nenhum tipo de consolo quanto ao que se possa extrair de benefício tanto de uma quanto de outra. O projeto neoliberal desmantelou o bloco socialista, com o intuito de incorporar o que, no socialismo, havia de mais indesejável. Enfim, numa ponta o soberano capital; na outra, a servidão induzida. No meio, o “Jornalismo de Estado” como avalista da perversão. Ao capital, fica o encargo de desenhar a servidão; ao “Jornalismo de Estado”, cabe a responsabilidade de aprimorar os mecanismos de indução. À população servil, resta o empenho de encontrar satisfação na função de “escravo feliz”, abraçado à democracia neoliberal que exige dele: denunciar, vigiar, precaver-se contra tudo, cuidar de sua saúde, de sua educação, de seu meio-ambiente, de seu emprego, de sua habitação, de sua segurança. Caso contrário, será punido com a supressão da liberdade ou com a pena capital: a morte... Se a ingenuidade, porém, der lugar à criticidade, poderá, quem sabe, haver alguma chance de reversibilidade.

Seguramente, nas origens da imprensa, não estava contabilizado, sequer por leve suspeita, e menos ainda por resíduo de vontade, um flerte entre a prática jornalística e o reino encantado da publicidade, seguido da quase sempre tendenciosa “pesquisa de opinião”, pelo não menos deformador “método por amostragem”. A fratura gerada por essa cres-

cente união fez, entre outras coisas, encolher o sonho de a imprensa potencializar a circulação de algo que pudesse efetivamente contribuir para a qualificação do corpo societário, em níveis eticamente democratizantes.

Eis que o impulso empreendedor, com sabor de aventura e rasgo de heroicidade, da belíssima profissão (jornalismo) que o Ocidente acabara de inaugurar, ainda sob intensa contaminação de nobres ideais, foi invadido pelo acirramento de demandas, fruto da marcha voraz ditada pela Revolução Industrial e, em seguida, endossada pela sociedade de consumo.

## **A linguagem e o fascismo**

De pronto, a avalanche de mercadorias, determinante para a intensificação da atividade comercial, fundamento do ideário capitalista, encontrou, no novo veículo da informação e do conhecimento, a fresta que faltava aos olhares dos sequiosos negociantes. Daí, tem início o assédio crescente para a fixação de uma ponte eficientíssima entre “produto” e “público”, disto resultando inevitavelmente um “discurso” que materializasse a intermediação: a “publicidade”, palavra derivada obviamente (e não por acaso) de “público / publicar”.

Nesse novo cenário, tinha início a perda da inocência do jornalismo autônomo e, por extensão, do jornalista independente, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, a cumplicidade indesejada, alimentada por verbas publicitárias cada vez mais atuantes, servia para expandir o setor industrial de comunicação, bem como a profissão de jornalismo. E tudo se foi transformando num grande negócio, sob o regime da permuta de interesses. O parque midiático foi alçado à condição de “eficiente vitrina” para a exibição do “mundo”, deixando o alvo inicial da “consciência” para associar-se à longa dinastia do “capital”. O que deveria gerar aumento de “massa crítica” produziu, na verdade, “massa consumidora”, consagrando a “confraria” entre comunicação e sociedade de consumo.

A invenção da mídia eletrônica, a reboque do advento da fotografia e, em seguida, do cinema, foi a pedra de toque para sacramentar e realimentar o processo. A publicidade, por excelência, vampirizadora de linguagens, recebera poderosíssimo incremento: imagem e movimento. Mais uma força a desestabilizar o vigor da palavra. Perda também tiveram o espaço impresso para alongamento de matérias, em função da territorialidade ocupada pelos anúncios, e o tempo eletrônico para a duração dos comerci-

ais. Enfim, começara o reino do capital a subtrair, do corpo societário, o pensamento e, com este, a esvair-se a expressão do autêntico desejo e da identidade. A linguagem, por fim, demonstrava também ela não ser plenamente uma criação humana confiável. O gênio do mal se apoderara da sede do pensar e do sentir.

O discurso publicitário, somado à ideologização do discurso político, bem inspirou Roland Barthes ao sentenciar: “A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva /.../” (BARTHES, Roland. *Aula*: 12). O mesmo autor arre-mata: “(...) a língua, como desempenho de toda a linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (op. cit.: 14).

Com o intuito de melhor compreender-se a frase de Barthes, é necessário alertar que o “obrigar a dizer” não se dá por ato impositivo explícito e sim por meio de um processo sugestivo indireto. Para tanto, implementa-se uma rede discursiva integrada, cuja missão é formular e difundir informações e propaganda em larga escala, até a “verdade” afirmar-se “naturalmente” nas consciências majoritárias da população.

É de fundamental importância reconhecer a estratégia descrita no parágrafo anterior, por exatamente residir nela o aparato com o qual o fascismo, dotado de propósitos e ideário totalitários, pareça democrático, visto que vai em busca do apoio da massa. O fascismo, portanto, não é perigoso porque reprime; o fascismo é terrível porque recalca. Com o poder da linguagem e de seus respectivos veículos, a estratégia fascista silencia subliminarmente a consciência original dos seres, sobredeterminando-lhes a consciência oficial. Como consequência, o sujeito pensante é transformado em sujeito pensado, tudo precedido pelo tom alarmista e difusor de instabilidade para a vida dos cidadãos (desemprego, violência, terrorismo, epidemias, catástrofes são alguns temas apropriados). Ou seja, prefiguram-se crises deflagradoras de tensões sociais que, como atesta Jacques Juliard, em *O fascismo está voltando?* (Vozes, 1997), invertem o sentido real, insinuando que as vicissitudes sociais crescentes decorrem da debilitação da democracia, em vez de o estado crítico ser atribuído à implantação de um modelo econômico, sob orientação de uma razão perversa. Bem ilustra o quadro aqui desenhado a afirmação do escritor José Saramago, contida na matéria “A ditadura disfarçada”, assinada por Cecília Giannetti e publicada

no Jornal do Brasil (edição de 20/03/04): “O que as ditaduras brandas aprenderam, disfarçando-se de democracia, foi a arte de fazer das suas vítimas cúmplices. Se protestas, dizem-te logo que não és democrata, que estás contra a democracia /.../”.

Um ponto a merecer enfoque particular, no tocante às conexões entre “linguagem” e “fascismo”, diz respeito à associação entre pesquisas e opinião pública. De início cabe salientar que nada é um mal em si mesmo. Nada de novo a esse respeito. Afinal, já na Antiga Grécia, sabia-se que do próprio veneno se extrai o remédio, o que semanticamente revelava a palavra *phármakos*. Assim, pesquisa de opinião é, como tantos outros, um instrumento de sondagem a acusar, num dado recorte, inclinações, tendências, cujo perfil também pode, por inúmeras razões (sérias ou fúteis), alterar-se radicalmente. Até aí, tudo é aceitável. Todavia, nas últimas décadas (e ainda mais no Brasil), a prática indiscriminada e a frequência desenfreada na exploração midiática desse instrumento já confirmam preocupantes desvios éticos.

Com a proliferante ingenuidade de que grande parte da população brasileira vem padecendo e demonstrando, “pesquisa” e “opinião pública” têm merecido, da parte da grande mídia e de alguns setores acadêmicos, sob o respaldo de um jargão difuso (cientista social / analista de mercado e derivados), intenso e fervoroso abrigo.

Desde o século XIX, reflexões em torno da eficácia e da inutilidade das aferições são propostas. A título de resumo a envolver a controvérsia sobre o tema, há pelo menos dois bons ensaios: o de Jürgen Habermas (*Comunicação, opinião pública e poder*) e o de Herbert Blumer (*A massa, o público e a opinião pública*), ambos, ao lado de outros, reunidos na tradução brasileira de *Comunicação e indústria cultural*, sob organização de Gabriel Cohn. Igualmente importante é *Teoria da cultura de massa*, organizado pelo teórico Luiz Costa Lima. Outros estudos presentes em vários escritos de Theodor Adorno e Max Horkheimer focam as paradoxais angulações que desembocam, na realidade atual, numa atmosfera suspeita, quanto aos que do instrumento se beneficiam para a perpetuação do “modelo” que lhes é rentável e cômodo.

O grave fator a pesar contra os métodos de aferição diz respeito basicamente a fazer passar-se pelo que efetivamente não o é. Em sendo verdade, que um mísero recorte de 2000 consultados (e, às vezes, não superam 800) tem a capacidade de revelar o que milhões de eleitores esco-



Iheram, é melhor suspender-se o comparecimento individual às urnas. Mais grave ainda é a tradução da consulta em percentuais, sob a forma de manchete em primeira página, a exemplo de: “Fulano tem a preferência de 41% do eleitorado”. O que nasce como nada além de mera consulta passa a notícia e, de notícia, rapidamente se converte em fato. Isto não é pesquisa e menos ainda é jornalismo. Na verdade, é puramente um processo tendencioso revestido de legitimidade oficial. Não há democracia que se sustente, calcada em fraudes, principalmente quando tais métodos são fartamente aplicados e divulgados para um público que dá sinais de evidente fragilidade intelectual e crítica.

Quanto à opinião pública, tantas vezes invocada para o que outros em nome dela querem dizer ou fazer, requer que se pense em algo: “opinião pública” sem o apoio do que lhe dê efetiva visibilidade se torna “entidade”. Como alguém pode usar a expressão “clamor público”, sem atos públicos? A campanha pelas “Diretas-já”, os movimentos de rebeldia civil, conforme os ocorridos em 2002 na Argentina e Venezuela, são demonstrativos de uma efetiva opinião pública. Porém, sem manifestações concretas a respeito do que for, como se pode aferir? Ou será que, para tal fim, são empregados os mesmos instrumentos por “amostragem”? Se é assim, pesquisas de opinião (além do que criticamente já foi assinalado) não passam de procedimentos deturpadores e fictícios para propósitos antidemocráticos. Em outros termos, trata-se de “ferramentas fascistóides”. A opinião pública organizada precisa urgentemente fazer-se ouvir por todos aqueles que supostamente em nome dela se pronunciam.

Enfim, o jornalismo, como importante sustentáculo da democracia, deve uma resposta ao quadro que se delineia. A propósito, vale relembrar a frase do jornalista norte-americano Greg Palast: “A primeira missão de um jornalista é maltratar os que estão no poder” (Especial, assinado por Mauricio Stycer e publicado na revista Carta Capital, na edição de 10/03/04). É prudente não se adiar profunda e honesta autocrítica, a fim de não prosperar o mero ressentimento inútil e inercial. Por outro lado, o olhar aqui consignado não se origina de nenhum sintoma de pessimismo ou niilismo. É apenas o exercício de um pensar atento. Se o horizonte é cinzento, não há como descrevê-lo em tom azul. No mais, não custa outra vez recorrer a José Saramago: “Eu não sou pessimista, o mundo é que é péssimo” (Jornal do Brasil – 20/03/04).



## Quem informa o quê e para quem?

Para efeito de introdução desse tópico, imaginemos a seguinte sentença: “O mundo não existe; ele é mera abstração”. Provavelmente, duas reações a frase produziria, levando em conta dois tipos de leitor. Um, domesticado na pressão diária da informação “objetiva”, de imediato, lançaria seu repúdio feroz contra o enlouquecido autor; outro, educado no ritmo lento exigido pelo exercício do pensar, poderia sentir, na provocação, uma atração especial, capaz de conduzi-lo ao desdobramento daquela escrita a princípio estranha.

Será, porém, que haveria lugar para um terceiro? Em sendo possível, que tipo encarnaria? Um leitor, sempre disposto a absorver as recentes informações, com o intuito de sentir-se conectado aos acontecimentos do mundo. Bem, mas aí se põe um problema: se é um leitor que procura conectar-se com o mundo, como aceitar a provocação da frase inicial, sem que viesse a reagir nos moldes do primeiro tipo? É simples: esse terceiro modelo de leitor lê tudo, fingindo compreender tudo, mesmo que, no íntimo, se saiba radicalmente vazio e atordoado. Todavia, sua sobrevivência psíquica e existencial depende do aperfeiçoamento dessa máscara.

Não estranhemos se for verdadeiro o fato de, no terceiro tipo de leitor, encontrar-se o segmento mais numeroso entre a população “letrada”. Se tal conjectura não tivesse respaldo na “realidade concreta”, inexistiria certo comportamento jornalístico. O que move, por exemplo, um jornal a estampar, como chamada de primeira página, a seguinte frase: “Pessimismo faz bolsa cair e dólar subir” (Folha de S. Paulo – 03/05/02)? O mais grave é que o teor da matéria não elucidará o real mecanismo a envolver operações do “mercado de capitais”. Isto representa um “mundo à parte”, próprio dos “iniciados” e “jogadores” (ou “investidores”). Então o que fixa o leitor, na sua ingenuidade, é a sensação de que algo acontece ao seu redor, podendo causar-lhe algum tipo de instabilidade, a despeito de não ter um só centavo aplicado.

Se analisarmos com mais vagar e critério, perceberemos que a maior parte da qual se nutre o noticiário diário das diferentes modalidades (impressa e eletrônica) é constituída de ocorrências e tramas em nada (ou quase nada) relativas à vida propriamente dita das pessoas. O que faz um leitor com a notícia de um avião que caiu na Indonésia, matando 274 tripulantes? Que fim confere o telespectador a uma notícia cujo “formato”

lingüístico tem essa construção: “O mercado hoje amanheceu nervoso, mas estabilizou-se ao longo do dia”? Bem, vamos para o esporte: a rigor, o que muda a vida de um ser, se esse ou aquele time (ou piloto, ou tenista, ou ...) venceu ou perdeu?

Enfim, se levarmos essa questão mais a fundo, chegaremos à conclusão de que a “realidade informada” habita a dimensão mítica e dita o ritmo de um tempo-espaco aleatório. Todavia, algo ainda mais surpreendente estaria reservado ao perfil desse “leitor disciplinado e antenado”: a tecnologia criou os instrumentos adequados para a informação em tempo real. Poucos se dão conta do que a expressão em si comunica. Haverá, fora do regime do “mundo”, um “tempo irreal”? Especulemos sobre algumas possibilidades: a) informação irreal em tempo real; b) informação real em tempo irreal; c) informação irreal em tempo irreal; d) real da informação em tempo irreal.

Entendendo-se a opção “a” (informação irreal em tempo real) no que ela efetivamente significa, conclui-se que é verdadeira, dada a precariedade de sua produção, a ponto de ser objeto de descarte minutos ou horas adiante. Porque o tempo da informação é o próprio tempo da “ação”, falta suporte para checar, analisar e, por fim, creditar o conteúdo.

A opção “b” (informação real em tempo irreal) passou, no novo contexto do “jornalismo on line”, a representar a notícia que, embora correta e checada, chega atrasada, enfraquecida, portanto, quanto ao impacto que ela exerceria.

A opção “c” (informação irreal em tempo irreal) é o típico mundo “jornalístico” acima configurado, ou seja, massa de informações atinentes a conteúdos dos mais diversificados cujo poder de intervenção real na vida das pessoas é nenhum, a despeito de elas acompanharem tudo.

A opção “d” (real da informação em tempo irreal) diz respeito ao “mundo secreto” no qual se engendram as tramas que efetivamente dão movimento à História. Nesse contexto (um mundo à parte), informações realíssimas são trocadas, analisadas, ponderadas. Delas, o “outro mundo” é notificado num tempo bem distante, isso quando as informações são liberadas parcial ou integralmente. Já é um “tempo congelado” porque nele não mais se pode promover alteração para o curso dos acontecimentos.

Assim, compreende-se perfeitamente por que todas as opções são viáveis, presentes em realidades concomitantes. Alguém, entretanto, poderá alegar que nada é mais real que a imagem-informação em tempo real, ou

seja, a transmissão de um acontecimento imprevisto, a exemplo da cobertura de um seqüestro, com o suporte “ao vivo”, e as emoções se sucedendo na convulsão dos fatos. Bem, isso em nada difere de qualquer outra transmissão “ao vivo”. Um jogo de futebol ou a rebelião em um presídio não alteram a feição e a função jornalísticas. Trata-se apenas do deslocamento de uma prática antes restrita a eventos e agora transposta para ocorrências do cotidiano, o que potencializa o grau de emocionalidade das pessoas, deixando-as mais excitadas. Nada além disso. Tudo a rigor se torna precário, sob o ponto de vista da “informação” e da “verdade”.

A imagem, em “tempo real”, deixa no receptor a sensação de ele compreender o que vê, quando apenas “sente” o que é exibido. Com a repetibilidade desse procedimento, o receptor finda por habituar-se a ver tudo com certa normalidade, incluindo o horror que passa a ser um componente integrado à “normalidade” da vida. Com base, pois, nesses aspectos aqui tratados, aquela frase inicial pode muito bem ter seu lugar, por mais estranha (ou até esquizóide) que, a princípio, faria supor. Um biombo invisível, porém real, parece separar dois “mundos”. A questão final que fica para quem sobre ela pretenda refletir resume-se a tentar reconhecer (-se) em qual dos dois “mundos” cada um está. Nisso reside a crucial diferença com que tudo mais se marca no amplo cenário da dispersão do real, tema do qual, a seguir, trataremos.

## **A mídia e a dispersão do real**

Abordada a questão do tempo no capítulo anterior, faz-se inevitável que o desdobramento crítico se encaminhe agora em direção às possíveis conexões e/ou disjunções existentes entre “informação” e “espaço”.

Desde os primórdios da civilização, um princípio se mantém inalterado: havia um “espaço” cuja ocupação é privativa do poder. A esta noção, somava-se outra: o conceito de “lugar”. De acordo com a tradição, o lugar ocupado por alguém conferia-lhe o direito de exercê-lo por tempo indeterminado, quando não era vitalício. Em pleno século XXI, o fundamento que dava suporte ao conceito nas origens da civilização está preservado: o poder ocupa um “espaço à parte”; o segundo, entretanto, assumiu diferente configuração: o “lugar” se tornou a instância do transitório. Significa isto afirmar que, no mundo presente, “espaço” e “lugar”, para efeito do poder, não estão em regime simétrico. Enquanto o “espaço” do poder

é decisório e multiterritorial, o “lugar” do poder é representativo e territorializado, bem como quem o ocupa é transitório.

Na verdade, a ocupação outrora do poder segue no percurso da modernidade a mesma lógica. Para assegurar a perpetuação do fundamento original, instituiu-se a “democracia ocidental”, sob o critério de “mandatos”, ou seja, ingenuamente (ou, sob certo ponto de vista, estrategicamente), formulou-se uma concepção política na qual se possa viabilizar o sentido de poder com o de tempo espacializado. Assim, para efeito de “cena pública”, todos os cidadãos podem identificar e indicar o “lugar” do poder. O que, porém, não se leva em conta é que o “lugar” visto por todos é apenas a “representação do poder”.

A modernidade, sob os ditames da ordem do capital, implantou um sistema de mascaramento, expondo a “representação” e ocultando o “espaço real do poder”. O espaço real do poder está fora, pois, da esfera pública. Ele funciona com hierarquizações e projetos próprios para os quais o “tempo” tem diferentes duração e significação. Nesse novo enredo, o espaço molda o tempo, razão pela qual o sentido da vida se altera não pela passagem do tempo, mas pelas novas inserções que o ser humano consegue criar ao longo da vida. Quanto mais se ampliam espaços, mais o “tempo-vida” do ser justifica a existência. Se, ao contrário, à passagem do tempo corresponder a inércia do ser, o “tempo-vida” se nadifica e o ser coisifica-se. Para onde conduz, então, essa reflexão? A resposta e a aplicabilidade dos conceitos convergem para a compreensão de como funciona a “sociedade da comunicação”, em sua múltipla oferta de meios, bem como pela absorção que faz, mediante a incorporação das novas e sucessivas invenções tecnológicas.

Queiramos ou não, “informação” contém, na base semântica e morfológica, o vocábulo “forma”. Este, por sua vez, remete a conceito espacial (delimitação / limite / contorno). Daí decorre a compreensão de que toda e qualquer informação é o resultado do quanto de “espaço” ela pode ocupar, seja numa página de jornal ou revista, seja numa tela de TV ou de computador (e variantes). Muito freqüentemente se afirma que televisão é tempo; jornal é espaço. Creio tratar-se de uma simplificação tão frágil quanto enganosa. Afinal de contas, página e tela são contornos; portanto são igualmente espaços. A diferença está, segundo quem defende a oposição, no “movimento” de uma (imagem de TV) e a “fixação” de outra (texto de jornal / revista). É isto que precisa ser reavaliado.

Se o diferencial reside no “movimento”, então de imediato conclui-se que a noção contida no “mover” pressupõe o sentido de “espaço” por onde algo deslizará para essa ou para aquela direção. No caso da página jornalística, a “ausência de movimento” se reveste de outra configuração: o “deslocamento” entre as distintas matérias de uma mesma página e desta em relação a outras. Na televisão, o espectador se subordina ao regime móvel das imagens; no jornal, o leitor é atraído ao deslocamento, seja pelos apelos das matérias, seja pela sedução das fotos. Em ambos os casos, o receptor é objeto de um “espaço” que o controla. Ou seja, no âmbito da informação (escrita ou visual), não se escapa do confinamento. À sensação de aprisionamento, o receptor reage com o falso consolo de sentir-se inteirado dos fatos do mundo e, conseqüentemente, nele integrado, em nome do quê a experiência se repete diariamente.

O problema aqui proposto sugere uma provocação quanto à possibilidade de cada um promover uma auto-avaliação a respeito de como se sente ante o regime imposto pelo “formato midiático”. É mediante essa indagação que o indivíduo poderá elucidar para si mesmo em que níveis ele, dependente do “formato midiático”, potencializa produtivamente sua existência cotidiana. Do tanto visto e lido, o que resta? Se resta algo, que conseqüências tal retenção gera?

Imagincmos agora que pouco ou nada reste do tanto absorvido. Que sentido, pois, faz o receptor submeter-se ao formato? Terá o indivíduo perdido progressivamente a noção de espaço, tempo e projeto? Nesse caso, na insustentabilidade dessas perdas produtoras da sensação de “vazio”, é possível que o indivíduo se entregue à mediação do “espaço-tempo” da informação. Sobra-lhe a sensação do preenchimento de algo, embora descartável.

Em sendo verdade o reconhecimento das questões anteriores, então a própria noção de “real” (e de “realidade”) também terá sido atingida e transformada em “cenário simbólico”, cuja rentabilidade efetiva de sua simbologia consiste em devolver ao indivíduo o “elo perdido”, como simples sensação. É, portanto, no investimento da “sensorialização do real” que o aparelho midiático atua.

De todo um noticiário percorrido pelo receptor, ficam estilhaços, fabricados pela “dispersão do real”. A “carpintaria midiática” apenas se esmera em difundir “cópias ampliadas” das ocorrências, tornando tudo excessivamente “iluminado”, “sonorizado”, “intenso” e “espetacular”. Somente pela

carga artificial de intensificação, a mídia mantém o público sob seu domínio, num estado narcotizante no qual a incomunicabilidade dominante nas relações interpessoais e societárias é compensada pela tagarelice permanente com que a mídia bombardeia o cotidiano. Nesse caso, seria o sistema midiático a demarcar o “lugar da fala” e a definir o “espaço do pensamento”:

É oportuno registrar que a reflexão exposta não deve ser avaliada como sentença condenatória à mídia. Ela é o que é. Ela expressa o que tem. O vetor da mudança é em outra direção: a reeducação do olhar. O espaço midiático é um dos mais eficazes “territórios laboratoriais” para o exercício da criticidade, desde que se compreendam seus fundamentos, procedimentos e códigos.

Está corretíssimo o teórico Muniz Sodré quando associa o efeito da mídia ao da droga. A droga, como é sabido, potencializa o que o usuário é: ativa ou apaga a consciência, expande ou retrai, em função do que a consciência é em estado natural. Igualmente se dá a ação da mídia em quem dela faz uso: multiplica conhecimento ou amplia o vazio. Com o que se extrai da construção midiática, tanto se elabora a compreensão de alcance macrossistêmico quanto se reduz tudo a realidade “macroanêmica”. A eficiência do primeiro e a insuficiência deformante do segundo findam por marcar dois perfis de usuários. Essa diferença, em última análise, implica decisão unilateral, própria de quem faz a escolha.

Vamos ilustrar a questão anterior da seguinte maneira: a quem é usuário de droga e não mais a quer, só resta a opção de refutá-la. Se a droga está disponível, basta ignorá-la. Quem usa droga e a deseja, aprenda a utilizá-la, bem como a administrar as consequências da exposição ao próprio uso. Trata-se de uma questão que, no fundo, é ética e não policialesca.

Agora pensemos sobre outro aspecto: a droga, extraída do ópio, existe há cinco mil anos, para os mais diferenciados fins. Em nada, ela impediu os passos civilizatórios no que estes tiveram e têm de grandioso. A “droga” midiática – como a conhecemos hoje – existe há pouco mais de meio século. Será que ela é tão poderosa a ponto de haver aniquilado a consciência e a resistência da maior parte dos seres no mundo? Creio seja um julgamento extremamente equivocado e ingênuo. Quem, e em nome do quê, abdicou de sua própria autonomia? Quem está obrigado à “intoxicação gnosiológica (cognitiva e perceptiva)”?

Na origem dessas questões, ressurge o “espaço” como definidor de fronteiras – nesse caso específico – existenciais. Cada qual acaba sendo a



medida do espaço que, na construção e gerenciamento de sua vida, se permitiu ocupar e, para tanto, preparou-se (ou deixou de preparar-se). Em que momento da vida se deu (ou não se deu) a “virada” da consciência, marcando quem se submeteu ao “espaço” determinado pela vontade do “outro” e quem se rebelou contra essa mesma imposição, saindo em busca do “espaço” inventado pela própria vontade? É preciso ter clareza para o fato de que a sobrevivência psíquica (emocional) e cultural (conhecimento) no “espaço-mundo” de hoje não abriga mais o discurso do “eu vitimado”. A afirmação da subjetividade exige o pacto ético: a erradicação do algos que habita o próprio ser e ao seu redor.

Com o propósito de melhor traduzir a neutralidade do tempo, ante a imposição do espaço, convém recordar dois depoimentos: um provém da Roma Antiga, na figura do imperador e filósofo, Marco Aurélio, que reinou entre os anos de 161 e 180 de nossa Era; outro vem pelas vozes dos cineastas Michelangelo Antonioni e Wim Wenders que assinaram o belo filme *Além das nuvens* (*Beyond the clouds* – 1995).

A escolha das duas fontes não assinala apenas a profunda distância entre os tempos, mas também a diferença radical na configuração dos espaços culturais. Todavia, pode-se perceber que o imperador-filósofo e os dois cineastas formariam belo trio, reunidos numa palestra à qual se fizessem presentes públicos das respectivas épocas. Todos compreenderiam bem o que estivesse sendo exposto. Na primeira citação, Marco Aurélio reproduz uma frase do dramaturgo grego Eurípedes, “Tudo o que nasceu da Terra deve à Terra retornar, e tudo o que vem do Éter, ao Céu deve voltar” para, em seguida, sobre ela sentenciar: “ou seja, trata-se da dissolução das combinações entre os átomos e da dispersão dos elementos” (*Meditações* – Livro VII – § 50: 83 ).

Na voz do narrador, em bela interpretação de John Malkovich, os cineastas abrem a narrativa com um texto no qual figura essa passagem: “A coisa mais difícil é não se poder interessar por nada. Não ler, não ter nenhuma distração. Alcançar o silêncio e a escuridão. É na escuridão que a realidade se acende. É no silêncio que as vozes chegam de fora”.

Promovendo as adaptações necessárias às reflexões aqui sugeridas, entende-se que o “espaço” do mundo da comunicação é regido exatamente pelos princípios da “dissolução das combinações” e da “dispersão dos elementos”, ou seja, as diferentes combinações de conteúdos são dissolvidas pela dispersão das informações, processo alimentador do estado de atur-



dimento a que os seres se entregam, por não filtrarem criticamente o que recebem e por escolherem sempre o menos enriquecedor.

Na citação do filme, o que se destaca é a dissolução da subjetividade pela permanente permissão ao assédio de agentes externos: excesso de som, de luzes, ou seja, a asfixia cultural com a qual a subjetividade se desvia de seu curso natural: o espaço do pensar.

Palavras, imagens e sons, ao que parece, não mais pertencem ao reino da “significação”. O reinado de agora está entregue ao conformismo e ao conforto gerados pela dinastia da “informação”. Assim, velocidade e objetividade suprem carências outrora preenchidas pela criticidade e pela interpretação. Este novo modelo cria as condições para certa vivência traumática na qual se inserem o mal-estar, as disjunções e o confinamento a que se encontra relegado o pensamento teórico, conforme sinaliza o capítulo seguinte.

### **O mal-estar, as disjunções e o pensamento teórico**

O diagnóstico até aqui proposto aponta claramente para a espiral do infortúnio existencial. Não há, na paisagem do futuro, possibilidade de restauração do desejado equilíbrio, sem o preço penoso de uma radical “descontaminação”. Não é apenas o ar puro que a natureza fornece a encontrar-se sob severa ameaça. Além dele – e principalmente – é a impureza do ar presente nos “pulmões da existência”, que, em lugar de “oxigenados” pelos valores da real criação com a qual a vida pode e deve ser celebrada, se encontram oxidados pelos “radicais livres” multiplicados em exibicionistas, narcisistas improdutivos, especuladores, aventureiros do mercado, carreiristas, falsários, “piratas”, e a vasta legião integrante do “baixo-clero” da indigência intelectual, sempre pronta a disparar contra a inteligência ativa a retórica da simplificação, tentando com isso minar a eficácia de uma razão argumentativa. A raiz do “mal-estar” não se encontra alojada na frustração ante o que não se consegue atingir ou realizar. Afinal, num certo sentido, em todas as épocas, tal sintoma se faz presente. Que seria da arte, se na sua mais profunda origem não houvesse um desconforto incurável? As grandes e autênticas obras de arte provêm desse “magma subjetivo” a queimar as entranhas do inconformismo. Então a questão não reside na existência do “mal-estar”. Sobre este, aliás, dele bem tratou Freud. O problema que, na sociedade atual, se agiganta (e fica exposto na “camada epidérmica” do cotidiano), é oriundo de sua própria

superfície que finda por realimentar a “cadeia de banalidades”. Nada, portanto, tem gravidade para além das atribulações diárias que, individualmente, os anônimos da urbanidade também julgam poderem administrar, ante a oferta de tantas “estratégias de salvação”, e de “curas”, em favor da almejada “purificação”.

O mal-estar de que aqui se fala é sistêmico; atua em bloco. Não há remédio, sem desconectar a cultura das disjunções. Não se cria um processo sistêmico para combater em igualdade de condições, sem antes a consciência do sujeito promover a ruptura com os elos fomentadores da “intoxicação cultural”. Princiramente, a remoção do mal-estar há de se dar em escala individual, para, num segundo momento, haver a recusa majoritária. Inverter essa ordem de prioridade soa sempre como mais uma promessa de grupos que, às vezes, sequer conseguem esconder suas reais intenções de algum modo direcionadas para “faturas” diversas, ou seja, o fenômeno da “redenção coletiva” normalmente traz em seus interiores a perigosa intolerância dos variados “messianismos”, o que significa sempre o risco de propiciar a aventura de uma ilusão inconsequente da qual pode ressurgir a “monstruosidade” ainda mais fortalecida... Nunca é demais relembrar as pontuações críticas de E. Cioran, notadamente em três de suas obras (cf. bibliografia), com especial atenção aos textos “Genealogia do fanatismo” e “Rostos da decadência”, ambos inclusos em *Breviário de decomposição* (Ed. Rocco, 1989).

O processo disjuntivo de mais grave efeito reside num modelo cultural, com intensa presença dos meios de comunicação de massa. Estes contribuem decisivamente na disseminação de uma suposta “eficácia” que consiste em fazer crer no fato de o real ser objeto de apreensão e de entendimento, com base nos formatos midiáticos. A multiplicação desenfreada dessa modelagem, a exemplo do que se dá no Brasil, cria o hábito de tudo poder ser simplificado, degradando e isolando o pensamento teórico, campo no qual se efetiva a experiência do indivíduo com o conhecimento. A sociedade que, majoritariamente, delega os parâmetros de seu ajuizamento a paradigmas midiáticos tende, em escala progressiva, a desprezar o pensamento, a argumentação, a interpretação e, por fim, a análise. Em substituição a tais atributos com os quais se aprimoram a inteligência e a criticidade, passam a vigorar as “forças neutralizadoras”, em nome do “pensamento formal” cuja construção inclui conteúdos parcializados, estímulos sensoriais e opinativos, carga

diversificada de informação e, consolidando a fórmula, a fixação de conceitos consensuais e majoritários, o que abafa as vozes da diferença.

De início cabe esclarecer o que entendemos por “pensamento teórico” e “pensamento formal”. Em linhas gerais, podemos fixar a seguinte diferença: o pensamento “teórico” apreende o real, sempre com projetos inacabados, para investigá-lo, oferecendo ao receptor substância com a qual seu olhar se sinta modificado pela força impositiva de um novo vislumbre, enquanto o pensamento “formal” propõe um recorte do real, subordinado a preconceitos, preconceitos ou conceitos funcionais, sem produzir no receptor nenhuma ameaça quanto ao seu repertório anterior. Em outros termos, o pensamento “teórico” é, por excelência propositivo e prospectivo; o pensamento “formal” é, na essência, constatativo e redundante, além de frágil.

Como resposta à argumentação aqui sugerida, alguém poderá, com o intuito de defesa, alegar que é também a mídia a promotora e divulgadora da própria produção do pensamento teórico. Afinal, é a mídia que propicia a visibilidade das publicações, entrevistas e derivados. Ela própria oferece espaços para matérias que a criticam. Então, a título de indagação, que razão levará a mídia a divulgar tantos “produtos” e “discursos” aparentemente contra seus próprios interesses? Obviamente, o fato não será movido por nenhuma pulsão masoquista da mídia. Pelo contrário, até a motivá-lo estará um impulso narcísico. Seja posta no banco dos réus, seja exaltada como grande “deusa”, a mídia, em ambos os enredos, figura como protagonista. Conseqüentemente, no rol da importância, ela fatura na dupla cena. Outra possibilidade de entendimento para o mesmo fato nos pode conduzir a diferente atalho: transformar também em “grotesco” o pensamento crítico elaborado sobre o perfil midiático. Isto seria um mecanismo perverso usado, não necessariamente de modo consciente, pela mesma mídia.

Mais se tornam presas fáceis dessa malha perversa estudos – nem sempre dotados do suporte teórico-crítico –, cujo teor se nutre dessa oscilação na qual a mídia figura ora como tema de “apoteose”, ora como fonte de “sinistrose”. Ao exaltar (ou referendar), o pretenso pensamento teórico (na verdade, apenas “pensamento formal”), a divulgação de certo “olhar crítico” nada faz além de servir de alavanca publicitária para a própria mídia. É ela que, na verdade, se fortalece. Em ambos os recortes, o “pensamento formal” se dá a ver como uma variante da expressão do “grotesco”. Nessa configuração cabe, pois, a massa de publicações tematizadoras do universo midiático, cuja duração não

ultrapassa nada além de seu curto tempo de exibição, a exemplo da torrente de publicações a inundar o mercado editorial norte-americano, e, com expressiva projeção, também no mercado brasileiro.

No quadro de ofertas entram antropólogos, comportamentalistas, psiquiatras (e derivados), críticos da cultura, estatísticos e, enfim, pesquisadores de toda ordem promovendo seus recortes no caldo da tagarelice “intelectual”. Nada contra o fato de cada um buscar seu canal de expressão. A questão é de outra ordem. Ela envolve um “olhar estratégico”. É nisso que a mídia se defende, gerando o efeito da neutralização. Ao conferir notoriedade ao varejo das publicações indiferenciadas, a mídia cria a falsa associação entre o autêntico “pensamento teórico” e o improdutivo “pensamento formal”. É a mesma estratégia adotada pela mídia, quando ela cerca um “produto” eminentemente cultural ou crítico com um lote de “produtos” banais. O trânsito, pois, pelas trilhas das territorialidades midiáticas pode ser uma experiência cativante e instigante. São todas atraentes e propiciam exposição pública. O difícil, porém, é saber distinguir entre o mero atalho para encurtar os caminhos da notoriedade e a sinuosa estrada repleta de sutilezas, surpresas e dificuldades.

Numa entrevista que realizamos com Zuenir Ventura, num dos programas do Letras & Mídias, (em exibição pela UTV/RJ, de março de 2000 a setembro de 2003), o jornalista e cronista fazia uma observação própria de quem acompanha atentamente as transformações em curso. Em tom de alerta, Zuenir afirmou que uma das questões presentes na atual atividade jornalística é o enfrentamento de um efetivo problema à espera de solução: o jornalismo e o público estão sendo inundados pela excessiva carga de informação, sem o suporte da não menos necessária explicação.

No fluxo da entrevista mencionada, acabara de vir à tona um dado da realidade atual que, pelo seu perfil, tende a transformar-se num crescente impasse, diante do qual os profissionais de comunicação haverão de se sentir impelidos a uma revisão de suas próprias funções. Ao tecer esse registro, estou, na verdade, procurando desenhar um quadro já perceptível, principalmente nos jornalistas mais jovens. Já formados sob o impacto das transformações político-econômico-culturais das últimas décadas, eles acusam certo estado de estonteamento com reflexos imediatos no resultado final de suas matérias e coberturas.

De um lado, amplia-se assustadoramente o nível de sofisticação em todos os campos da inteligência; de outro, simplifica-se o modo de notici-

ar os acontecimentos urdidos por essa mesma inteligência. Na outra ponta, encontram-se leitores (ou telespectadores), em sua maioria, portadores dessa igual defasagem que, no fundo, é da ordem do conhecimento. Observa-se, portanto, a existência de uma gama desproporcional de informações em relação à capacidade de organização. O que produz o aturdimento não provém da ignorância e sim da desarrumação de múltiplos conteúdos (ou estímulos). Assim, o desafio que se apresenta a produtores e consumidores de notícias é o desenvolvimento de uma percepção compatível com a configuração de mundo.

Há, sem dúvida, na mecânica dos operadores de informação, um conflito que não se resolve, dada a incompatibilidade entre os termos da seguinte equação: armazenamento x filtragem + concatenação = compreensão. Esta seria a equação produtiva para o aperfeiçoamento do saber. Todavia, na prática cotidiana, não é assim que os termos são operados. Há nela uma sucessão de desconexões, cujo resultado final redundaria em subtração na estocagem de conhecimento: armazenamento - filtragem x concatenação = perturbação cognitiva.

Sucedem-se matérias informativas a respeito das falsificadas contabilidades de grandes corporações norte-americanas. Noticiar os fatos em nada esclarece a lógica que os produziu. Sem fazer emergir a explicação das tramas responsáveis por tais procedimentos delituosos, a realidade na qual elas se deram permanece recoberta por tipo de mistério a alimentar uma modalidade jornalística que, cada vez mais, se confunde com folhetim de suspense. Agrava-se a situação por que o mistério não se restringe apenas ao campo do capitalismo financeiro. Pelo contrário, espalha-se por todas as áreas. O noticiário sobre descobertas científicas não é diferente. O que, sinceramente, a maioria dos leitores compreende acerca do que lê, ouve e/ou vê? Se o ofício jornalístico não se entregar rapidamente à elaboração de uma nova política de comunicação, temo pela própria sobrevivência do jornalismo, pelo menos nos moldes como nos habituamos, desde as origens da Era de Gutenberg, a reconhecê-lo. Uma "nova didática" para os meios de comunicação passará a ser demandada, independentemente da querência ou não dos atuais defensores do modelo oferecido.

A velha máxima ("comunicação é informação") que fez perdurar o casamento entre complexo midiático e público pode estar à beira da dissolução. Mesmo o advento do "jornalismo on line", anunciado com alarde e investimentos esperançosos, não tem, até aqui, alimentado sinais promisso-

res, a exemplo da fracassada expectativa na parceria entre vendas e internet. Talvez, os profissionais à frente de tais modalidades não estejam computando a real necessidade que, na outra ponta, se encontra. Há sinais de perturbador esgotamento ante o “vazio” que segmentos letrados começam a manifestar, no tocante à frustração das “novas ofertas”. Tudo satura, inclusive a massa de informações e, pior ainda, se elas tendem a ser desencontradas.

Pesquisas recentes dão conta de que tem havido um aumento de entradas em chat, porém também foi constatado que tem decrescido o tempo de permanência nele. Ora, a junção desses dados permite ao analista deduzir que a “ferramenta” produz apelo, enquanto a experiência revela desencanto. O “vazio” dos contatos faz o usuário deslizar para outros e outros mais. Essa reiterada tentativa leva à exaustão e ao progressivo desinteresse. Desconfio que igual sintoma esteja a rondar os ânimos dos consumidores de notícias. Em sendo verdade, é a essência do jornalismo a estar em jogo.

Se por um lado a tecnologia vem sofisticando processos de simulação do real, também é verdade que a mesma tecnologia vem propiciando processos crescentes, em vários setores, de autonomização. Por ora, a indústria fonográfica tem sido o foco mais visível. Crescem selos alternativos e produções independentes. Em breve, também o fenômeno atingirá editoras e outros ramos da Indústria Cultural. A única possibilidade de ação inibidora por parte dos meios de comunicação haverá de ser pelo caminho da qualidade dos conteúdos, sob pena de os habituais usuários migrarem para outras ofertas que, inevitavelmente, em futuro próximo, estarão disponíveis. Essa é uma contradição interna da própria espiral do capitalismo. Persistir, pois, na simplificação de conteúdos pode resultar na fragilização de todo o processo responsável pela difusão da informação. Quem fizer pouco caso acerca desse risco poderá amargar graves conseqüências. Afinal de contas, nada na história da civilização se mostrou eterno. Quem, portanto, poderá assegurar a eternidade da “Era de Gutenberg”, entendida aqui como “jornalismo industrial”? Zuenir Ventura terá lá sua alta dose de razão...

A propósito das implicações que habitam a prática jornalística atual, cabe assinalar o que, em artigo assinado na edição de 21/01/03, o jornalista Clóvis Rossi, em sua coluna diária na Folha de S. Paulo, sentenciou, ao convocar a categoria profissional a um exercício de rigorosa autocrítica:



É importante deixar claro que os jornalistas temos formidável parcela de culpa nessa história. Estamos abdicando de características que deveriam marcar a fogo o DNA de cada profissional. Passamos a aceitar alegremente teses, idéias e teorias como verdades absolutas, com o que abdicamos da curiosidade, motor principal da profissão, e do ceticismo a respeito do que mortais comuns esgrimem como verdade única e definitiva.

Com preciso corte cirúrgico, Rossi resumiu o grave problema que habita o jornalismo atual. Por que, em sua grande maioria, jornalistas reproduzem (ou repassam) conteúdos, quando deveriam produzir seu próprio olhar sobre os fatos do mundo? Essa é a questão que, uma vez tocada, desnuda a verdade que tantos se esforçam por ocultar. A raiz do problema se encontra na formação profissional e na orientação das empresas de comunicação. Sem alterações nas duas frentes, não há como se romper o modelo posto.

A tentativa de analisar crítica e desapassionadamente a questão parece fadada a cair numa armadilha, em razão de dois aspectos que insistem em aprisionar o enfoque: 1. a obrigatoriedade (ou não) do diploma; 2. o perfil predominantemente teórico ou prático do curso. Apesar dos louváveis esforços, na maioria dos casos, não é evitado o tom corporativista no qual as partes atreladas defendem intransigentemente idéias que se confundem com defesa de interesses. A compreensão crítica não deve absorver posições contaminadas pela cegueira funcional.

Os cursos existem e estão espalhados por todo o país. E jornalismo é, como outras, uma profissão regulamentada. Como tal, pressupõe alguns requisitos. Abrir-se a qualquer aventureiros não parece ser o atalho mais produtivo. Criarem-se algumas áreas livres, sim. Artigos, entrevistas e críticas que tematizam setores específicos deveriam ser espaços entregues a profissionais de seus respectivos ramos, explorando o conhecimento atinente ao campo temático em questão, o que só enriqueceria o perfil da imprensa. Uma coisa é certa: a nova geração egressa dos cursos de comunicação não sabe entrevistar. A maioria considera entrevista o que não passa de inquérito ou questionário. Na imprensa escrita, isso é fatal. Os "entrevistadores" saem com o elenco de perguntas, sob o severo ditame de uma pauta, e, haja o que houver, o entrevistado responderá ao que foi previamente sentenciado. A maioria ignora o belo livro *A arte da*



*entrevista: uma antologia de 1823 aos nossos dias*, organizado por Fábio Altman (Ed. Scritta, 1995), apenas como uma referência entre outras.

Quanto à discussão travada entre “formação teórica” e “formação prática”, as vozes que, aqui e ali, se pronunciam a respeito não deixam de gerar certa melancolia. O equívoco já se prenuncia no uso da palavra “formação”. Prática não forma. A prática possibilita desempenho funcional; portanto, ela é operatória. É o nível mais primário de qualquer aprendizagem em qualquer ofício. Ela se funda em procedimentos miméticos cujas matrizes são elaboradas, muito antes, pela sofisticação do pensamento teórico, o que permite a seguinte sentença: o pensamento teórico é requintado enquanto a prática é requentada. A prática se torna eficiente, quando embasada em vigorosa expansão do pensamento, o que apenas é alcançável mediante a exposição do ser ao desafio da reflexão, fundamento da formulação teórica. “Com teoria não se fazem matérias”, vociferam os detratores do pensamento. Claro, nenhuma teoria “faz” coisa alguma. Todavia, é ela que mobiliza o “pensamento-linguagem”, permitindo a expressão do “código-língua” e, por fim, sua conversão em “matéria”. É isso que define o resultado final de uma matéria com ou sem qualidade.

O que é reclamado por Clóvis Rossi encontra explicação na “deformação” do jornalista. Como a imprensa diária pode oferecer conteúdo capaz de confrontar a força do “pensamento único”, se a maioria de seus novos profissionais está limitada por uma ferramenta simplória a incluir vocabulário restrito, sintaxe banal e informação descartável? De onde se vai extrair conhecimento exigido para a autonomia crítica? Os defensores da “formação prática” têm de oferecer solução para o impasse. A tal “formação” não dá conta de situações que exigem análise, interpretação, prospecções.

A outra frente a merecer redefinição recai no “modelito empresarial”. No mundo da “economia globalizada” (ou de perfil neoliberal – expressão recusada por alguns), difundiu-se a idéia de que, indistintamente, uma empresa deve ser gerida por princípios e procedimentos em consonância com o que reza na cartilha do mercado. Transposto para a realidade brasileira, no limiar dos anos 1990, o ideário rapidamente contaminou setores variados, estendendo-se a áreas de ensino, saúde e comunicação. É óbvio que as conseqüências não poderiam deixar de ser desastrosas, não sob o ponto de vista dos “negócios”, mas quanto aos fins. Supõe-se haver profunda diferença entre a finalidade de uma rede de açougues e uma rede de hospitais, escolas ou órgãos de comunicação. O que está imperando – para

nos atermos apenas ao campo da comunicação – é o complexo midiático industrial na condição de apêndice das megacorporações do capital. Desse atrelamento, decorre a série de deformações, à altura de modificarem o sentido e a finalidade dos veículos de comunicação.

Enfim, a autocritica acenada por Clóvis Rossi é tão necessária quanto inadiável. O problema, porém, esbarra na possibilidade exígua de promover o rompimento dos atuais elos que integram a cadeia defeituosa. Embates progressivos estão sinalizados na conjuntura mundial (assunto que deverá nortear a segunda parte deste artigo). Não se trata de tom profético e assombroso. É apenas o reconhecimento acerca do que vem sendo engendrado, em âmbito planetário, e que teve, no 11 de setembro, seu marco oficial. A gravidade da dinâmica em curso vai forçar um redirecionamento qualitativo por parte dos órgãos de comunicação. Isto é inevitável, porque disto também dependerá a preservação das receitas desses mesmos órgãos (ou “empresas”). Cada vez mais, acontecimentos no mundo esbarrarão na necessidade de análises, posicionamentos, ou seja, aquilo que não cabe na frágil fórmula da “informação”.

Há uma camada de público que começa a perceber que o “mundo lido” e o “mundo visto pelas telinhas” não traduzem o “mundo real”. Será, portanto, a ampliação da massa crítica demandante que determinará a transformação do que ainda hoje se oferece como jornalismo.

Em algum momento da explosiva transformação cultural que logo foi imaginada como “aldeia global”, uma ilusão foi vendida e muitos a compraram, mesmo sem saberem do que efetivamente se tratava. A “mercadoria” ofertada vinha com a fantástica promessa de um mundo inteiramente interligado e movido pelo ideário “neo-iluminista”, centrado na verdadeira “democratização do conhecimento”. Voltaire, Rousseau, Diderot e, na vertente alemã, Kant, se vivos estivessem, logo experimentariam profunda frustração, ante tamanha euforia, a ponto de levarem ao absoluto esquecimento aquele projeto emancipador rascunhado, ao longo do século XVIII.

Algum tempo se passou e do alto regozijo das primeiras horas de prazer inebriante, parece haver ficado um amplo salão, como arquivo morto da alegria, e depósito de uma sucata de festa. A prometida “sociedade da informação”, após algumas décadas, começa a deixar sinais de intensa debilitação.

Para um ponto final na questão, cabe resumir isto: nenhum texto teórico emana de algo que não seja a vida. É primeiro nela que o teórico

deposita demoradamente seu olhar. Para tanto, ele a olha, em seus máximos e mínimos aspectos, com a finalidade de, exatamente, dela extrair o sumo de tudo que a habita. Por fim, a longa e criteriosa observação, revestida de conhecimentos já absorvidos, adquire materialidade num escrito. Assim, o que cabe fazer a um leitor de texto teórico é, com o esforço de sua compreensão, valendo-se também de conhecimentos já assimilados, devolver aquele texto ao pulsar da vida, em sua ampla manifestação, sabendo demonstrar como aquele texto, aparentemente destituído de concretude, é o que mais tematiza, explica e antecipa a rede dos acontecimentos.

### **A informação e a crise da argumentação**

É claro que a informação não é um mal em si. Quem porventura endossasse a idéia acerca do malefício da informação, no mínimo, mereceria ser considerado um ser suspeito quanto à sua vocação democrática. Então, o problema aqui não diz respeito à conquista da sociedade moderna. Quanto mais circulação de informações houver, melhor saúde terá o “coração” da democracia. A questão ganha, porém, outras dimensões, quando se constata que o regime da informação assume importância acima de seus limites. Nisso reside a “banda podre” da “mercadoria” mencionada no início do artigo. Passo a passo, a pressão das informações foi abocanhando “territorialidades” que historicamente delas eram tutores o pensamento e a argumentação.

A velocidade e a objetividade da informação se mostraram mais sedutoras que a paciência exigida pela reflexão. Daí para a crença de que estar bem-informado é o requisito essencial para a obtenção do que é desejado foi um pulo. Aquele que, nos dias atuais, se atreve a articular um pensamento contrário pode ser considerado “jurássico”. Em certos redutos, conclamar interlocutores ao exercício do pensamento e da criticidade pode redundar num ato de desagradáveis conseqüências. Mais ainda, se a “informação” for colocada sob suspeita. O que, pois, aqui se está problematizando é a capacidade (ou não) de romper-se com a tirania da informação.

O uso do termo “tirania” foi premeditado. A ele se quer contrapor outro: democracia. Aparentemente, fica a sensação de haver produzido uma contradição quanto ao conteúdo do parágrafo anterior. É só aparência. A informação fortalece a prática democrática, se ela não exorbitar de sua fun-

ção básica, ou seja, servir de mote, de alavanca para o salto qualitativo do pensamento e do juízo crítico. Todavia, ela mesma se torna parceira da face autoritária, se sua presença serve para estancar o movimento pensante. É oportuno, aliás, mencionar passagem do crítico da cultura, Christopher Lasch quando, no capítulo “A esquecida arte da argumentação” – presente no livro *A rebelião das elites e a traição da democracia* (Ediouro, 1995) – afirma:

O que a democracia requer é o vigoroso debate público, não informações. Elas são necessárias também, é claro, mas do tipo que pode ser gerado apenas pelo debate. Nós não sabemos o que precisamos saber até fazermos as perguntas certas, e podemos identificar as perguntas certas somente quando sujeitamos nossas próprias idéias sobre o mundo ao teste da controvérsia pública. A informação usualmente vista como a precondição para o debate, é melhor compreendida como o seu subproduto (p. 190).

Quando aproximamos processos cognitivos distintos, a exemplo do que representam o código verbal e o código visual, não podemos perder a noção do que cada um desses padrões prioriza. O verbal destina-se ao pensamento; o visual aciona a percepção. O primeiro é predominantemente racional; o segundo é basicamente sensorial. Compreendida essa fronteira, claramente ficam delineados os perfis distintos que existem entre a função a ser cumprida pela imprensa e aquela a ser desempenhada pela televisão (e outras mídias eletrônicas). Em que momento, pois, a imprensa começou a escalada de uma autotraição? A partir do momento que relegou a segundo plano seu compromisso prioritário com o regime verbal, substituindo o encargo de contribuir para a construção do pensamento pela inserção de atributos próprios do código visual, a fim de competir com a expansão da televisão. Palavra-pensamento x imagem-informação constituiu-se o centro de um embaralhamento que redundou na imensa usina da aceleração. Numa ponta perdeu a imprensa; noutra se fez refém o leitor. Nesse jogo, a informação expulsou a reflexão (com esta se foi também a argumentação) que, nos tempos atuais, sobrevive, aqui e ali, como espasmo. Parte do rebaixamento cultural que tipifica o padrão de “consumo cultural” está associada a essa questão. Vale, uma vez mais, retornar à observação de Christopher Lasch:

É a decadência do debate público, não do sistema educacional (embora ruim) que faz com que o público esteja mal-informado, apesar das maravilhas da era da informação. Quando o debate se torna uma arte esquecida, a informação, mesmo que esteja rapidamente disponível, não impressiona (pp. 189-190).

A propósito da questão pontuada por Lasch, torna-se oportuno reproduzir o depoimento que José Saramago concedeu à jornalista Daniela Birman, em entrevista publicada em *O Globo* (Prosa & Verso – 20/03/04):

Vivemos numa época em que é possível discutir tudo. Ao redor do mundo reúnem-se congressos, organizam-se simpósios, colóquios, mesas-redondas, e tudo se discute: desde a ecologia ao buraco de ozônio, desde a terceira idade ao aquecimento da atmosfera, desde a cutanásia ao direito ao aborto. Tudo. Com uma exceção. Não se discute a democracia. Está ali, como santa no altar, e nós só temos que nos ajoelhar aos seus pés e rezar para que cuide de nós e nos guie pelo bom caminho. Mas esta santa laica está coberta de chagas, cheira mal e ainda por cima é surda. E mente com quantos dentes tem na boca.

Na tentativa de sintetizar o problema, pode-se afirmar que a palavra está para a melodia, assim como a imagem, para o ritmo. Posta a questão dessa maneira, não fica difícil deduzir os efeitos deformadores numa cultura construída fundamentalmente na imagem, a exemplo da experiência brasileira. Sempre que vem à tona a discussão a respeito da qualidade do que é exibido pela TV, o foco crítico tende a concentrar-se na programação exibida. Obviamente, nada há de equivocado nisso. Outro atalho, porém, não menos importante carece de observação. É claro que a televisão, como veículo, é dotada de forte apelo tanto explícito quanto subliminar. Todavia, há na televisão um poder oculto que atua no receptor independentemente do conteúdo a ser exibido. Ela produz transformações que repercutem diretamente no ritmo do pensar.

Uma criança que, na infância e na adolescência, foi exposta intensamente às mídias eletrônicas chega à fase adulta com sérios problemas de concentração, bem como graves deficiências relativas ao código verbal (lem-

bramos aqui o importante estudo de Derrick de Kerckhove, *A pele da cultura: uma investigação sobre a nova realidade electrónica* (edição portuguesa pela Relógio D'Água – 1997). Mais preocupante ainda quando governos formulam programas educacionais baseados nas ofertas das mídias eletrônicas. Pensando, portanto, no alcance desses problemas, o profissional da imprensa, consciente da importância de seu ofício, não tem o direito de negligenciar a análise desses aspectos. A solução depende de um esforço conjunto de todos aqueles que se sentem empenhados na elevação da qualidade cultural.

## **A lógica invertida da mídia**

Com alguma frequência, surgem matérias, tanto em redutos midiáticos quanto no setor acadêmico, cuja temática se centra na avaliação da qualidade e da eficiência da mídia. Em especial, o contexto brasileiro se revela verdadeira central de produção, no tocante a essa questão. Diferente do que, num primeiro momento, faça supor, a observação não contém nenhum tom de censura, a menos que também eu mesmo estivesse sob a mira de minha própria crítica, considerando a escrita de dezenas de artigos a versarem sobre o tema. A questão, portanto, é de outra ordem, razão a ditar o rumo do pensamento a seguir.

Haverá algum motivo específico para, no caso brasileiro, verificar-se tanta recorrência em colocar-se a mídia no banco dos réus? Afirmar que as pontuações críticas não são, em sua maioria, procedentes, significa, com justa propriedade, duvidar da inteligência de quem, porventura, assim pensa. As críticas não só procedem como inexpressivos parecem seus efeitos. Fica a sensação de que os diagnósticos são configurados e mapeados com devida competência, sem, entretanto, os responsáveis atingidos pelas críticas acusarem o menor incômodo. Ao contrário, continuam na mais absoluta indiferença. A imunidade à crítica é, aliás, um dos sintomas da face arrogante brasileira, sempre alternada por dissimulada expressão de amabilidade e cortesia. Do alto dos cargos jamais provém qualquer reação na forma de contraponto crítico.

De um modo geral, no Brasil, os responsáveis pelos modelos midiáticos têm plena ciência de que, em larga escala, oferecem subprodutos quanto ao conteúdo, balanceados com sofisticação técnica. Investem em renovação e ampliação de parques gráficos e derivados, enquanto se descartam de

profissionais experientes e calçados em fino conhecimento. Os detentores dos grandes negócios não lamentam o gasto com aquisição de avançadas máquinas, porque economizam nas folhas de pagamento, seja amesquinhando profissionais que, ao longo de décadas, investiram em conhecimento, seja oferecendo parques salários a recém-formados.

Por que, afinal, a qualidade sofrível do conteúdo gerado pelo sistema midiático brasileiro tem de ser um problema mercedor de constante questionamento? A resposta não é difícil, ao saber-se que o padrão médio de consumo cultural no país é de natureza midiática. Esse é o ponto. Primeiramente, há de ficar claro o seguinte fato: nenhum país sobrevive culturalmente se seu repertório está confinado a leituras de caráter descartável. Pior ainda, se o teor dominante dos “conteúdos” vem revestido de uma linguagem simplória, ou seja, vocabulário restrito em tom coloquial, construções diretas e banais e, por fim, abordagens descontextualizadas. Com esse “formato”, inviabiliza-se qualquer propósito de salto qualitativo no padrão cultural brasileiro. A propósito do “formato midiático”, bem o sintetizou o jornalista Ignacio Ramonet, em “O poder midiático”, texto publicado na coletânea organizada por Dênis de Moraes, *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder* (Record, 2003). Ramonet, no texto mencionado, alerta para o perigo de uma mídia com tendência à uniformização pela banalidade. Para tanto, destaca três características constitutivas do modelo vigente: a velocidade, a simplicidade e a dramatização. Às três, deve somar-se uma quarta, principalmente em se tratando de mídia eletrônica: o brusco deslocamento, aspecto específico sobre o qual já nos pronunciamos. Com tais “ingredientes”, o resultado final é o embaralhamento perceptivo e reflexivo, realimentador do processo de “infantilização”.

Os responsáveis pelos meios de comunicação de massa no país devem assumir o que lhes cabe fazer, sob pena de estarem condenando gerações ao estado deplorável da incapacidade crítico-reflexiva. Insisto em frisar que o quadro não teria proporções tão graves, se o paradigma cultural da população não fosse ditado por jornais, revistas e, principalmente, televisão. O problema, porém, é que a realidade assim se apresenta, tornando-se dispensável qualquer pesquisa para avaliar-se a autenticidade dessa constatação. Ela é por si demonstrável pela prática cotidiana. O país respira mídia. É o seu balão de oxigênio mental. Pierre Bourdieu, aliás, fez dessa trincheira



crítica um de seus compromissos mais ostensivos, atitude interrompida pela morte repentina. Todavia, ficam os inúmeros escritos a respeito.

É cada vez mais detectável, no nível universitário, a total inabilidade cerebral dos estudantes em lidar com o texto teórico, já que o primeiro obstáculo é o padrão vocabular. O estudante brasileiro se tornou um dependente “químico-cognitivo” da “droga-informação”, considerando que pode resolver qualquer reflexão complexa com o “repertório midiático”. É nesse bojo que sobrevém o debate acerca da obrigatoriedade (ou não) do diploma de jornalista. É claro que, na conjuntura atual, faz-se indispensável a existência do curso, antes que se dê o abastardamento generalizado e definitivo. Não menor deve ser o esforço, no espaço interno dos referidos cursos, quanto ao aprofundamento do embate – que acabou por adquirir uma face histórica – entre a predominância de uma formação teórica e uma (de)formação técnica.

O fato de a universidade se transformar numa arena a abrigar esse tipo de discussão já dá a dimensão do quanto o perfil cultural do país acusa fragilidade. Perdeu-se o significado do que representa aquisição de saber. Inventou-se um lema que pretende fixar como verdade isto: “sabe quem faz”. Na perda de referências culturais, um novo par de sinônimo habita a Língua Portuguesa: saber = fazer. Mais grave ainda é constatar que, afora a mediocridade do feito, a maioria sequer sabe refletir criticamente sobre o que faz. Obviamente, o domínio da técnica é indispensável a qualquer ramo de atividade. Todavia, é inconcebível que à técnica se atribua um valor absoluto, a exemplo do alarde de alguns. Nesse quadro de inversão de valores, explica-se o descaso que os detentores dos meios de comunicação destinam a profissionais de reconhecida qualificação. Por fim, vale atentar para outro risco: a manter-se o quadro de deficiência cultural, a qualidade da democracia é que estará em xeque. Uma vez deteriorada a democracia como construção cultural, os primeiros a ressentirem-se dos efeitos serão os próprios veículos de comunicação. Se não for, portanto, por nobres valores, que a transformação se dê, pelo menos, por interesses na manutenção dos próprios negócios.

Identifica-se uma espécie de acordo cômodo entre fontes produtoras e receptoras, quanto ao fato de que se oferece o que é indicativo de maior predileção por parte do público. Este, por sua vez, declara consumir as opções que lhe são dadas, sem consulta prévia. Bem, a permanecer esse “jogo” de “empurra-empurra”, dificilmente obter-se-á mudança. É em meio

ao impasse consagrado pela conduta-padrão das partes envolvidas que a “terceira margem”, na qual se encontram as vozes críticas, tem o dever de sinalizar os vetores para a transformação necessária.

Rio, março de 2004.

## Notas

1. O presente estudo, na verdade, representa a condensação de dezenas de artigos inicialmente escritos para a versão on line do Observatório da Imprensa ([www.observatoriodaimprensa.com](http://www.observatoriodaimprensa.com)), entre janeiro de 2001 e julho de 2003. Dado o perfil desta publicação, promoveram-se as necessárias adaptações e, em várias passagens, alterações redacionais, ora com supressões, ora com acréscimos. O critério a orientar a seleção e a recombinação foi determinado pelo perfil teórico dos textos, objetivando, a título de contribuição, oferecer um leque de problematizações no âmbito da Teoria da Comunicação e disciplinas afins.
2. O conceito de “dromologia”, proposto por Paul Virilio, figura em vários de seus escritos, principalmente nas obras mencionadas na bibliografia.
3. Alguns escritos de Theodor Adorno e Max Horkheimer, principalmente o que publicaram em parceria, a exemplo de *Dialética do esclarecimento* (cf. bibliografia), desencadearam, décadas afora, as mais variadas reflexões alimentadas por um certo tom de “satanização” sobre a mídia. Tal pensamento, com o passar do tempo, estigmatizou as “fontes de produção”, com forte tendência a inocentar a outra ponta, sempre vista como vítima da “ferocidade sistêmica”. Trata-se, pois, de um equívoco a ser corrigido. Uma revisão mais isenta dá conta de que, no modelo cultural vigente, firma-se um pacto entre as partes envolvidas. Assim posto, produção e consumo parecem viver certa atmosfera de parceria e cumplicidade, o que tem fortalecido a presença hegemônica de um dado “gosto”.
4. A propósito das múltiplas implicações atinentes ao tema, remetemos para o ensaio “A mídia e a cultura pedófila” (cf. bibliografia). Nele procuramos traçar um painel crítico acerca dos processos diretos e indiretos que hoje são veiculados, principalmente pelo sistema midiático, visando à celebração de valores e estímulos com base no culto à jovialidade, aparência, exibição do corpo e sexualização, o que cria e reproduz certa atmosfera de infantilização, em nome da alegria e da suavidade da vida e redonda no que procuramos diagnosticar como “cultura pedófila”.
5. Hegel desenvolve tal pensamento em *A fenomenologia do espírito*, quando aborda o tema do “espírito subjetivo”.

## Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. Trad. Augustin Wernet e Jorge Mattos B. de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.
- ADORNO, Theodor et HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ALTMAN, Fábio (org.). *A arte da entrevista: uma antologia de 1823 aos nossos dias*. São Paulo: Scritta, 1995.

- AURÉLIO, Marco. *Meditações*. (sel., trad. E introd. de William Li). São Paulo: Iluminuras, 1995.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980.
- BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Papirus, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A ilusão do fim: ou a greve dos acontecimentos*. Trad. Manuela Torres. Lisboa: Terramar, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O crime perfeito*. Trad. Silvina Rodrigues Lopes. Lisboa: Relógio D'Água, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade de consumo*. Trad. Artur Morão. Rio de Janeiro / Lisboa: Elfos Edições 70, 1995.
- BLUMER, Herbert. A massa, o público e a opinião pública. In: COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Editora Nacional, 1975, pp.177-186.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. Introd., org. e seleção de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1982, Col. Estudos, 20.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a televisão / A influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. Trad. Paulo Roberto Coutinho. Brasília, São Paulo: Scritta, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Os caminhos do poder: reflexões sobre a natureza humana e a ordem social*. Trad. Elisabete Lacerda. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- CIORAN, E. M. *História e utopia*. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Silogismos da amargura*. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Breviário de decomposição*. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- DEBORD, Guy. *Commentaires sur la société du spectacle*. Paris: Éditions Gérard Lebovici, 1990.
- DIEGUEZ, Gilda Korff. Narciso, ontem e hoje. In: Vários. *Comum* (12). Rio de Janeiro: OHAEC/FACHA, 1999, pp. 25-36.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização / O futuro de uma ilusão*. Trad. José Octávio de A. Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Além do princípio de prazer*. Trad. Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

- HABERMAS, Jürgen. Comunicação, opinião pública e poder. In: *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Editora Nacional, 1975, pp. 187-200.
- HEGEL, G.W.F. Fenomenologia do espírito. In: *Hegel*. Trad. Orlando Vitorino e consultoria de Paulo Eduardo Arantes. São Paulo: Nova Cultural, 1996, (Col. "Os Pensadores").
- JULLIARD, Jacques. *O fascismo está voltando? (a queda do comunismo e a crise do capitalismo)*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1997.
- KERCKHOVE, Derrick. *A pele da cultura: uma investigação sobre a nova realidade eletrônica*. Trad. Luís Soares e Catarina Carvalho. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.
- LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da servidão voluntária*. Trad. Laymert Garcia dos Santos. Comentários de Claude Lefort, Pierre Clastres e Marilena Chauí, (ed. bilíngüe). São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LASCH, Christopher. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos de crise*. Trad. João Roberto Martins Filho. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Trad. Ernani Pavanelli. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A rebelião das elites e a traição da democracia*. Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.
- LIMA, Luiz Costa(org.). *Teoria da cultura de massa*. 6ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LUCCHESI, Ivo. *O sentido e a crise no curso da modernidade: a diáspora dos signos*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras / UFRJ, 2003, 380 p. (Tese de Doutorado – impresso).
- \_\_\_\_\_. *Do flâneur ao voyeur: a crise da(s) modernidade(s)*. In: VÁRIOS. *Revista Tempo Brasileiro* (n. 141). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, pp. 39-62. / In: VÁRIOS. *Revista Comum* (13). Rio de Janeiro: Facha, 1999, pp. 79-100.
- \_\_\_\_\_. *A mídia e a cultura pedófila*. In: VÁRIOS. *Revista Lumina* (vol. 7/8). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2002, pp. 111-132. / In: VÁRIOS. *Revista Comum* (20). Rio de Janeiro: Facha, 2003, pp. 103-124.
- MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2002.
- RAMONET, Ignacio. *Geopolítica do caos*. Trad. Guilherme J. de F. Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1998.

- \_\_\_\_\_. O poder midiático. In: MORAES, Denis de (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003, pp. 243-254.
- SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A máquina de Narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A comunicação do grotesco*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- SODRÉ, Muniz e PAIVA, Raquel. *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- SZACHI, Jerzy. *As utopias ou a felicidade imaginada*. Trad. Rubem César Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Trad. Elia Ferreira Edel. 6. ed., Petrópolis: Vozes, 1999.
- VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Trad. Hossain Shooja e Isabel Santos. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.
- \_\_\_\_\_. (org. e introd.). *La sécularisation de la pensée*. Trad. Charles Alunni. Paris: Seuil, 1988.
- VIRILIO, Paul. *Guerra e cinema*. Trad. Paulo Roberto Pires. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O espaço crítico: e as perspectivas do tempo real*. Trad. Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, Col. Trans.
- \_\_\_\_\_. *A máquina de visão*. Trad. Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Velocidade e política*. Trad. Celso Mauro Puciornik e prefácio de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A arte do motor*. Trad. Paulo Roberto Pires. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Trad. Maria J. Vilar de Figueiredo, 6ª ed. Lisboa, 2001.

## **Outras fontes: jornais, revistas e TV**

### **Jornais**

O Globo – edição de 10/03/02.

Jornal do Brasil – edição de 10/03/02.

Folha de S. Paulo – edições de 03/05/02 e 21/01/03.

### **Artigos em revistas e jornais**

HAMBURGER, Esther. Formatos da intimidade. *Revista Mais!* (Folha de S. Paulo – edição de 24.02.02).

LUCCHESI, Ivo. Artigos publicados no *Observatório da Imprensa* (on line – [www.observatoriodaimprensa.com/](http://www.observatoriodaimprensa.com/)), entre janeiro de 2002 e julho de 2003.

PALAST, Greg. In: STYCER, Mauricio. Profissão: repórter de investigação. *Revista Carta Capital* – edição 281 de 10/03/04.

ROSSI, Clóvis. Artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, na edição de 21/01/03.

SARAMAGO, José.. In: BIRMAN, Daniela. Democracia surda e assassina. *O Globo* (Prosa & Verso – 20/03/04).

\_\_\_\_\_. In: GIANNETTI, Cecília. A ditadura disfarçada. *Jornal do Brasil* (Caderno B – 20/03/04).

### **Programa de TV**

VENTURA, Zucnir. Programa *Letras & Mídias* (20) – UTV/RJ – 15/06/02.

## **Resumo**

O presente estudo analisa o perfil e os efeitos provocados pela predominância de uma progressiva cultura midiática. Também é objeto de investigação crítica o processo empregado pelo sistema midiático no que se refere aos modos de apropriação e de expressão do real. Igualmente a preocupação se estende à dimensão política, em função das contaminações pelas quais passa a democracia.

## **Palavras-chave**

Sistema midiático, informação, política cultural, teoria da comunicação.

## **Abstract**

This essay analyses the outline and effects provoked by a predominance of a progressive mediatical culture. It's also object of our critical investigation the employed process by the media system concerning the ways of appropriating and expressing reality, as well as externalize preoccupation that be extended to the political dimension, on account of the contaminations democracy is facing nowadays.

## **Key-words**

Mediatical system, information, culture politics, communication theory.